

ATA DA 1ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2020

Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte pelas nove horas e trinta e sete minutos no salão nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 1ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais: Anastácia Maria Escórcio Fins e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

– **Grupo Municipal do Partido Socialista:**

Ana Maria Sousa de Lima Borges ▪ Anastácia Maria Escórcio Fins ▪ António Toledo Alves ▪ Carla Alexandra Cardoso Monteiro ▪ Carlos Jorge Belerique Ormonde ▪ Carlos Manuel Pereira Martins ▪ Catarina Maria Baptista Gonçalves ▪ Davide Gabriel Cabral dos Reis ▪ Décio Manuel Lourenço Santos ▪ Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos ▪ Francisco Alberto Barcelos Trovão ▪ Francisco Luís Vieira Toste ▪ Hélio Manuel Melo Vieira ▪ Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço ▪ Isabel Maria Diniz Berbereia ▪ João Luís Sanchez dos Santos ▪ José Eduardo Vieira Pimentel ▪ José Fraga Ferreira Machado ▪ Marco Paulo Vieira Alves ▪ Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba ▪ Paulo Jorge Pimentel da Silva ▪ Ricardo Manuel Rodrigues de Barros ▪ Rui Manuel Pacheco Lopes ▪ Salvador da Rocha Lopes ▪ Sérgio Manuel Pedro Cardoso.

– **Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:**

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

– **Grupo Municipal do Partido Social democrata:**

Agostinho Guilherme Aguiar Pires ▪ Cesário Alberto Ferreira Pamplona ▪ Délio Francisco Freitas Ormonde Borges ▪ Francisco Manuel Leonardo dos Santos ▪ Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte ▪ Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa ▪ Luís Manuel Mendes Leal ▪ Luís Miguel Forjaz Rendeiro ▪ Mário José Martins Cardoso ▪ Rómulo de Ficher Correia ▪ Sandra Maria de Sousa Garcia ▪ Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

– **Grupo Municipal do CDS-PP:**

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha ▪ Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

– **Câmara Municipal:**

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra ▪ Guido de Luna da Silva Teles ▪ José Gaspar Rosa de Lima ▪ Marcos Duarte Machado do Couto ▪ Raquel Gomes Caetano Ferreira.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 25 de novembro de 2019 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar.

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público presente.

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia senhor presidente e Exmos. membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e caríssimos vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Começo por abordar um assunto *light* saudando o senhor presidente da Câmara pelo recente anúncio que foi publicado hoje no jornal Diário Insular, informando que em março entrará finalmente em funcionamento o novo palco elevatório da Praça Velha, que já vamos apelidando de «palco do karma». Como é nos pormenores que o diabo se esconde, a notícia refere o mês de março mas não diz de que ano, por isso saúdo uma vez mais a capacidade de comunicação do senhor presidente da Câmara. Começamos esta sessão da Assembleia Municipal bem-dispostos mas, sem palco.

Tendo em conta as notícias recentes a respeito da existência na ilha Terceira de um primeiro caso suspeito do Corona vírus pandémico, gostaria de saber o que será ou estará já a ser feito no município em termos de medidas de segurança acerca da restrição da movimentação de populações e de um conjunto de outros cuidados, à semelhança do que vemos acontecer noutras paragens, visto estarmos perante uma doença com alta infeciosidade ou morbilidade e se desconhece ainda o comportamento em termos de mortalidade, tendo em conta o nosso contexto, porque os contextos são diferentes e variam consoante o perfil das populações e as condições dos países e dos lugares onde se vive.

Gostaria de saber se, em termos de Proteção Civil, das diversas autoridades e de organização deste município, as coisas estão preparadas em articulação com o Governo Regional para sabermos com o que poderemos contar, caso tenhamos que lidar com uma situação idêntica àquela que existe noutros países, nomeadamente em Itália.

Como não devemos mencionar apenas as coisas que estão mal, gostaria de falar da proteção da orla costeira do Fanal que está em vias de conclusão, correu bem e está a ser muito bem aceite pela população. Apesar de a obra ainda não estar concluída, verifica-se um aumento da fruição por parte dos munícipes e daqueles que nos visitam e o local começa a ser encarado como um espaço a frequentar. No entanto, haverá alguns pormenores naquela obra que, estranhamente, não foram acautelados. Parece-me que estão em falta algumas condições em termos de rampas de acesso ao mar para pessoas com mobilidade reduzida mas ainda se vai a tempo. Há também uma única escada de ligação entre as duas plataformas do solário e o mar e penso que as casas de banho ficarão cá em cima junto à antiga estação de bombagem, muito afastadas do local de fruição. Conhecendo o comodismo do povo português, imagino que algumas das aflições fisiológicas, aquelas mais ligeiras, serão eventualmente curadas pela água do mar. Levanto esta questão um bocadinho ao jeito do que tenho feito a respeito do Relvão onde as casas de banho estão, de facto, muito longe, principalmente para os idosos e crianças porque os outros talvez se consigam aguentar mais um pouco.

Interrompo por agora, reconhecendo o meu hábito de apresentar um papiro muito grande de questões que não dão tempo ao senhor presidente da Câmara para responder. Entretanto e sabendo desde já que a nossa secretária da Mesa está de férias em Itália, se calhar convinha que

lá se mantivesse até que passe o surto do Corona vírus e poderíamos ouvir o senhor presidente da Câmara acerca dessa situação.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia a todos. Começando pelo fim, posso informar que a obra do Fanal ainda não está pronta, faltando ainda colocar outras estruturas acessórias como o corrimão, o chuveiro, etc. O acesso ao mar não está previsto porque a zona não está preparada como praia vigiada e não é adequada a presença de pessoas com deficiência motora que devem ser canalizadas para a Silveira ali ao lado onde temos uma praia vigiada e devidamente preparada para isso.

A casa de banho encontra-se no nível tecnicamente mais baixo possível face à rede de esgotos existente no lugar. Está a escoar diretamente para a estação elevatória e a sua colocação mais abaixo implicaria a construção de mais uma estação com todos os riscos inerentes ao seu possível mau funcionamento e às consequências que daí poderiam advir. A não ser que a aflição da necessidade fisiológica seja muita, não haverá grandes dificuldades por causa de vinte metros.

Quanto ao potencial aparecimento de uma epidemia ou de um grande número de casos de infeção por este vírus, trata-se de uma matéria da responsabilidade do Governo Regional que estabeleceu já o seu plano. Todos os municípios da região são parceiros e cada um fará a parte que lhe for destinada, mas a coordenação é feita a dois níveis: pela autoridade de saúde concelhia que, apesar do nome, depende diretamente do Governo Regional, e também pela Secretaria Regional da Saúde. Esta manhã recebi uma comunicação da Associação Nacional de Municípios sobre essa matéria com sugestões a nível nacional, apontando exatamente no sentido de se tentar criar no país uma articulação entre os municípios e as autoridades de saúde, a quem cabe a responsabilidade pela coordenação técnica e a tomada das medidas necessárias respeitantes a essas matérias. Da nossa parte, desde já manifestamos toda a disponibilidade para fazermos tudo o que a autoridade de saúde considerar adequado e nos venha a solicitar.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Quero felicitar a Câmara Municipal e o senhor presidente pela requalificação da orla costeira do Fanal, uma obra que me parece ter sido bem conseguida num aproveitamento útil e adequado de um espaço que se encontrava um pouco abandonado e degradado.

Há cerca de trinta anos, quando também por aqui andei e fiz parte do executivo camarário, foram dados os primeiros passos para que aquela obra fosse feita, afastando por acordo o mestre Pintado que tinha ali a sua oficina de reparação de automóveis, prevendo-se o reaproveitamento das Areias Brancas e de toda aquela zona litoral da nossa cidade. Entretanto, surgiram outras prioridades e este projeto foi sendo adiado mas, felizmente, chegou o seu dia. Felicito a Câmara pela sua concretização e espero que a obra, com os complementos já aqui anunciados pelo senhor presidente da Câmara, seja de grande utilidade para a nossa população e para quem nos visita.

Tanto quanto me apercebi, a ligação entre a rotunda da freguesia de S. Pedro logo a seguir ao Terceira Mar Hotel e a Silveira, não estará feita. No caso de se concretizar, gostaria de saber se será possível a sua utilização como zona balnear visto que a Silveira se encontra já muito saturada e qualquer ampliação que ali se possa fazer será vantajosa para a população do concelho.

Sabendo-se das dificuldades com que se depara o comércio na cidade de Angra, sobretudo nas épocas mais baixas, deixo a sugestão para que, a colocação e retirada dos mastros e iluminações da cidade seja feita fora das horas normais de funcionamento do comércio porque esses trabalhos prejudicam os estabelecimentos comerciais.

Na passada quarta-feira, por volta das nove horas da manhã quando as lojas começavam a abrir ao público, a Câmara estava a fechar a Rua de S. João para que uma equipa pudesse retirar os mastros e outros equipamentos que ali tinham sido colocados. Ora, tudo isto prejudica quem tem os seus negócios na cidade, por isso esperamos que a Câmara pondere da melhor forma possível para que estas atividades sejam levadas a cabo fora dos horários normais de expediente.

Sr. presidente da Câmara – A segunda fase da obra do Fanal está prevista e projetada e neste momento termina no lugar conhecido por Areias Brancas onde havia uma escada que chegava até ao mar. Aquele espaço era já tradicional e utilizado por muita gente mas agora poderá ser usufruído com melhores condições porque se criou ali uma plataforma que pode ser usada como solário.

O projeto da ligação entre esse ponto e a rampa da Silveira do lado da cidade está concluído mas apresenta algumas dificuldades e pedimos ao projetista que o reformulasse num dos seus troços. O primeiro dos dois tramos do projeto liga a zona das Areias Brancas à parte da costa em que há inflação para dentro da baía; é uma zona pacífica onde se pode construir uma estrutura com uma configuração semelhante à que existe para trás, mas o projeto que nos foi apresentado para a entrada na Silveira ocupa demasiado espaço dentro da baía. Como aquela zona da esquina é muito profunda, é preciso um grande enrocamento que, além de caro, leva a que a baía fique manifestamente prejudicada, razão pela qual essa solução não é adequada. Pediu-se ao projetista que estudasse uma solução para a criação de uma passagem que fique relativamente encastrada ou, pelo menos cortada na falésia para não avançar sobre a baía da Silveira, e é o que está a ser preparado neste momento.

Para que não se pense que isto é uma promessa, temos que levar em conta o ponto de vista financeiro porque estamos a falar de uma obra que custará praticamente dois milhões de euros e não é propriamente uma coisa barata. É um daqueles projetos que estão em carteira e se houver condições financeiras, avançaremos de imediato. O trabalho essencial está feito, o projeto foi visto em Câmara por todos os senhores vereadores, chegou-se à conclusão que era preciso fazer correções e é o que está a ser feito. Isto permitirá também resolver a questão pedonal porque, quem vem a pé do lado do hotel Caracol, tem que fazer o percurso entre a Silveira e aquela zona da Violante do Canto num passeio exíguo, incómodo e perigoso que tem aproximadamente a largura desta mesa, razão pela qual havia toda a vantagem em criar uma passagem pedonal alternativa, segura e cómoda.

A Câmara tem um enorme interesse em fazer esta obra. A questão técnica ficará com certeza resolvida nos próximos meses e veremos como poderemos abordar a situação em termos financeiros, tendo em conta que as obras que envolvem o mar são manifestamente caras.

O horário da montagem e desmontagem dos equipamentos no centro da cidade já foi discutido em Câmara. Há algumas dificuldades relacionadas com os horários dos trabalhadores e com a capacidade de mobilização de gente e se o fizermos fora de horas teremos que considerar caso a caso porque haverá implicações relacionadas com a legislação, licenças e horas extraordinárias.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Estive a ouvir atentamente o senhor presidente da Câmara a respeito das questões de segurança e de saúde pública e devo dizer que, nem La Palice teria respondido melhor que V. Exa. porque não nos adiantou nada de concreto acerca das competências ou das medidas que possam estar já preparadas no município de Angra ao nível dos transportes, da segurança e da prestação de serviços públicos. Aproveito para saudar o novo presidente da associação dos bombeiros voluntários que está aqui presente e poderá vir a ter um papel importante no caso de esta doença afetar muita gente devido à sua enorme capacidade de contágio, como tem vindo a acontecer noutros locais.

Não basta dizer que o Governo vai coordenar e a Câmara fará o que lhe disserem; é importante que o senhor presidente da Câmara nos possa adiantar quais as medidas já previstas para que nos possamos anteciper em vez de acabarmos a reboque dos problemas como acontece em muitas outras situações. A prevenção apresenta muito melhores resultados, por isso repito a pergunta tentando espremer o senhor presidente da Câmara sem que lhe doa muito, para que nos diga mais qualquer coisa.

Aproveitando a boleia da intervenção do doutor Joaquim Ponte acerca do enrocamento da orla costeira entre as Areias Brancas e a Silveira e sabendo que as obras de mar são caras, gostaria de saber quais as perspectivas de financiamentos do próximo quadro comunitário de apoio. Na conferência de líderes que preparou esta sessão da Assembleia Municipal, o senhor presidente da Câmara levantou-nos a ponta do véu adiantando que, provavelmente no próximo ano, iria ter um problema relacionado com a falta de financiamento para estradas, arruamentos e pavimentos porque o quadro comunitário de apoio estaria mais virado para as questões ambientais, os direitos dos animais e outras questões que não as tradicionais do investimento público.

No âmbito da prevenção e tendo em conta as alterações climáticas e a agressividade dos fenómenos extremos que têm atingido o nosso concelho, gostaria que o senhor presidente nos desse conta do que os serviços camarários estão a preparar em termos de investimentos com vista à proteção de pessoas e bens, das questões climáticas da orla costeira, das linhas de água, inundações, impermeabilização de solos, etc. Estas e outras questões têm sido sistematicamente debatidas em todas as sessões desta Assembleia Municipal ao longo deste mandato e não se prevê que se venham a aligeirar a curto ou médio prazo.

Sr. presidente da Câmara – Como dizia há pouco, sou um grande seguidor do senhor La Palice. Esta matéria está devidamente preparada e não vale a pena entrarmos aqui num debate sobre questões que dizem respeito a um outro órgão que é o Governo Regional. O município será um ator claramente secundário porque não tem competência em matéria de direitos, liberdades e garantias, nem o poder de impedir a circulação do que quer que seja a quem quer que seja. Essa questão tem que ser resolvida a um outro nível da administração e não me parece saudável discuti-la aqui.

Os senhores já me conhecem, sou muito passivo e um espectador empenhado e não gosto de ser apanhado de surpresa. Tenho seguido com muita atenção o que está a ser preparado e tenho as minhas opiniões sobre o assunto, mas essa matéria deve ser resolvida no lugar adequado pelo órgão próprio. Não me parece que a introdução de mais ruído nesta questão, traga alguma vantagem para o bom funcionamento do sistema que, eventualmente terá que ser posto em prática, caso aconteça alguma coisa. Mais tarde ou mais cedo também chegará aqui, a não ser que aconteça uma mudança de rumo; quando isso acontecer, teremos que agir com calma e sem alarmismos porque, pior do que uma pandemia, é uma «infodemia» que nos afoga numa informação alarmista e sem razoabilidade.

Temos a obrigação de ter um comportamento responsável e não acrescentar mais ruído a uma situação, já de si excessivamente ruidosa para o bem público. Cá estaremos para agir com bom senso e faremos o que tiver que ser feito com a orientação técnica adequada. É o que se espera da Câmara Municipal, do Governo Regional e de cada um de nós enquanto cidadãos porque esta matéria não se limita às instituições; passa pelas nossas freguesias, pelas nossas famílias e por todos nós e temos que agir com calma e tranquilidade. Nada mais há a acrescentar sobre isto e o senhor deputado pode espremer à vontade que daqui não sai mais nada.

O próximo quadro comunitário de apoio ainda está em aberto e a última proposta de limites do orçamento comunitário foi rejeitada na semana que agora acaba. Este orçamento está a ser feito em condições extremamente desfavoráveis do ponto de vista dos desequilíbrios políticos existentes na Europa com uma boa percentagem dos Estados-membros da União Europeia a

serem governados com um pendor claramente nacionalista, pouco interessados na colaboração entre Estados e com uma visão um pouco mais egoísta do que aquilo a que estávamos habituados.

Este é o primeiro orçamento comunitário após a saída do Reino Unido da União Europeia e é preciso não esquecer que se trata da segunda maior economia da Europa. O Reino Unido era um dos grandes contribuintes líquidos do orçamento comunitário, por isso é de esperar um quadro comunitário bastante mais restritivo do que aqueles que temos vivido até agora.

É preciso não esquecer que o nosso município tem uma extraordinária dependência de fundos comunitários. Os grandes investimentos estão dependentes de contribuições externas, sejam comunitárias, regionais ou nacionais, e as receitas próprias do município dão-nos praticamente para pagar as despesas correntes e fazer pequenos investimentos. Dadas as circunstâncias e o histórico dos últimos anos, sem orçamento comunitário perderemos com certeza mais de metade da nossa capacidade de investimento em relação aos anos anteriores, por isso nos importa muito que esta matéria seja bem resolvida.

Apesar das incertezas, percebe-se que se vai manter o não investimento em estradas, uma das prioridades do nosso concelho, porque a nossa rede viária está a atingir um estado de degradação enorme que exige um investimento de, pelo menos, três ou quatro milhões de euros que temos vindo a adiar, fazendo apenas as pequenas obras de manutenção o melhor que podemos e sabemos até ao início do próximo quadro comunitário, altura em que veremos se haverá financiamento. Se tal não acontecer, teremos que fazer um grande sacrifício porque, com ou sem fundos comunitários, temos que investir na rede viária municipal nos próximos anos. Sujeitos às incertezas e às negociações que ainda decorrem, as linhas de força do orçamento apontam para a área ambiental e alguns setores económicos - o que também não é mau - mas ficarão de fora algumas áreas de investimento tradicionais.

Posso informar que estamos preparados para absorver esses fundos e vamos lançar a breve trecho o concurso para a empreitada de construção do mercado. Admitindo que teremos no próximo quadro comunitário, o mesmo *plafond* dos quadros anteriores, a obra corresponde a cerca de metade do investimento possível, o que nos dará um grande avanço. Dependendo da elegibilidade, temos obras em ribeiras e na orla costeira que permitem gastar a outra metade do financiamento sem qualquer dificuldade só com projetos que estão prontos ou em elaboração. Venham os fundos porque estamos bem preparados para os absorver.

Fazendo o balanço do quadro que agora termina, aproveito para dizer que o nosso município é o que apresenta a melhor taxa de execução apesar das dificuldades e entraves da regulamentação e do funcionamento do quadro. A nossa execução é exemplar, estamos bem à frente de qualquer outro município do arquipélago e entre os melhores do país e não teremos qualquer dificuldade em gastar o dinheiro, mas teremos que esperar mais algum tempo até que o quadro comunitário esteja devidamente construído, o que apenas acontecerá daqui a cerca de um ano.

Sra. d. m. Brites Cunha – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados. Começo por referir mais uma vez o palco da Praça Velha, um motivo de discussão que nos costuma deixar a todos muito bem-dispostos e muito entusiasmo também o senhor presidente da Câmara que tem usado umas metáforas deveras inspiradoras. Desta vez é o palco em cima do palquinho ou vice-versa e antes não levantava qualquer coisa, não se sabe bem o quê. Vimos o palco a ser devidamente inaugurado pelos Taroleiros no carnaval mas continua sem levantar.

Sr. presidente da Câmara – A intenção é que seja inaugurado oficialmente no dia 25 de abril com um concerto...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Registo mais uma vez que o senhor presidente da Câmara não disse em que ano seria esse 25 de abril. Saúda-se...

Sra. d. m. Brites Cunha – Não partilho desta saudação do senhor deputado Luís Rendeiro. Ouvei o senhor presidente dizer que o palco estaria pronto em quinze dias - que já vão bem longos - e importa saber se o problema hidráulico está resolvido com a aquisição das peças necessárias à empresa que estava inicialmente contratualizada para o efeito.

Sr. presidente da Câmara – O palco já foi adquirido. Infelizmente andamos nisto há sete ou oito meses e é sempre a mesma empresa que nos enviou mais um *e-mail* que começa sempre assim: «Alfredo Cardoso, Lda. - 95 anos». Até já digo que são 95 anos a chatear-me. Pelos vistos, as componentes hidráulicas estão todas a funcionar mas houve um problema de transporte de uma peça porque o tabuleiro do palco tem uma dimensão acima do normal e tiveram algumas dificuldades em fazê-la cá chegar mas não se justifica. Aqui diz: «*Em meados da segunda quinzena de março, garantidamente estará instalado.*» É o que dizem mas estão há 95 anos a dizer isto. Vamos ver.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhores deputados municipais. A revisão do PDM já se arrasta há anos e temos recebido queixas de alguns cidadãos que são impedidos de construir enquanto os vizinhos da mesma rua asfaltada, eletrificada e canalizada, possuem construções legalizadas em terrenos que confrontam com aqueles. O PDM obriga a um conjunto de limitações que talvez não se justifiquem, e tanto quanto sabemos, poderão ser acauteladas na próxima revisão do Plano. Gostaríamos que o senhor presidente da Câmara nos fizesse o ponto da situação, se a Câmara tem efetivamente recebido estas queixas e pedidos de construção em zonas isoladas, e se as mesmas serão incorporadas na revisão do PDM.

Sr. presidente da Câmara – O processo de revisão do Plano Diretor Municipal que diz respeito à parte da Câmara está concluído no seu essencial. O PDM foi presente há uns meses a uma comissão mista que envolve várias entidades onde foram levantadas várias questões que agora estão a ser resolvidas. Contudo, a situação que aqui está a ser referida é bastante mais profunda e complexa porque, entre a elaboração do PDM atualmente em vigor e o presente, a legislação não se tornou mais permissiva no que diz respeito ao planeamento e do ponto de vista ambiental; antes pelo contrário, há várias coisas no atual PDM que, se calhar, deixarão de ser permitidas e não é de esperar que a sua revisão venha resolver alguns problemas.

Conheço a questão que o senhor referiu mas a revisão ao PDM não é a panaceia para todos os problemas e daí poderão resultar mais restrições do que as que atualmente existem. Esta é uma questão difícil que terá que ser resolvida com bom senso e o crescimento dos nossos povoados tem que ser feito cada vez mais para dentro, completando espaços vazios, em vez de se subir pela serra ou descer à beira-mar. Não podemos continuar com esta dispersão de casas por todo o lado porque isso tem elevadíssimos custos ao nível da infraestrutura e do ponto de vista ambiental e paisagístico.

A questão concreta da Serretinha referida pelo senhor deputado Nuno Melo Alves, tem uma solução que a lei permite e está a ser resolvida. O PDM que está em vigor, infelizmente tem um conjunto de discrepâncias e erros entre as diversas cartas, as coisas não batem muito certo umas com as outras e tem-se feito correções e chegado a uma solução sempre que esse problema for razoavelmente exposto.

Creio que essa situação da Serretinha ficará resolvida a curto prazo porque a zona é urbanizável, mas já nos chegaram aqui muitos casos em que foi dito às pessoas que não seria possível resolver. Volto a referir que a revisão do Plano Diretor Municipal poderá resultar em mais restrições mas os casos de espaços encravados podem e estão a ser resolvidos.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 1 de novembro a 31 de janeiro, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Neste momento temos cerca de um milhão de euros em pequenas obras adjudicadas que estão em curso um pouco por todas as freguesias e tem-se estado a dar uma particular atenção à reposição da normalidade nas zonas afetadas por inundações no último ano. Uma das pontes de Santa Bárbara está concluída, a outra estará agora a ser iniciada e a ponte das Cinco Ribeiras está numa fase bastante avançada de construção e ficará concluída dentro de aproximadamente um mês.

Nestes últimos meses o município adquiriu quatro casas, duas nas Cinco Ribeiras, uma na Vinha Brava e uma outra na Ponta do Muro, aquela casa ao lado da entrada para o hospital que fica inundada sempre que a água vem pelos terrenos de S. Rafael abaixo. Essas casas foram compradas para serem demolidas com vista à criação de bacias de retenção para se resolver o problema de forma definitiva. Cada vez que chovia, aconteciam os mesmos problemas sempre nas mesmas casas, por isso decidimos tomar uma decisão radical para resolvermos a situação de vez.

Temos um grande investimento a fazer em pavimentações, particularmente nas freguesias situadas entre S. Bartolomeu e as Doze Ribeiras onde temos muitas áreas fortemente danificadas pela passagem da água e vamos aproveitar este período de verão para repormos a normalidade nestes troços.

O Caminho de Cima que liga a Terra Chã às Doze Ribeiras tem troços muito danificados. Estamos a falar de uma estrada muito extensa que implica um investimento de mais de meio milhão de euros e temos que encontrar financiamento para isso. Não quero repetir-me mas a questão das estradas é neste momento uma grande preocupação para todos nós.

No que respeita às contas e sem prejuízo de um debate mais aprofundado na próxima reunião, posso informar a Assembleia que as coisas correram manifestamente bem no ano passado. Tivemos uma boa execução, fechámos bem o ano financeiramente e foi um dos melhores anos do ponto de vista da execução financeira desde que esta Câmara está em funções.

No final do ano 2019 houve um conjunto de oito aposentações, o que permite aqui alguma liberdade e refrescamento dos quadros de pessoal em algumas zonas, e tivemos também a transferência de um trabalhador da área da informática que será aqui repostos. Nesta altura estamos com cerca de 360 trabalhadores, um número que se mantém relativamente constante ao longo do tempo.

Do ponto de vista de outros eventos, a atividade cultural do nosso município tem-se mantido em alta. O Natal correu muito bem com uma grande adesão das pessoas, a julgar pelas estatísticas dos movimentos de Multibanco que foram reveladas, o comércio funcionou manifestamente bem e o carnaval também não correu mal. Temos no concelho de Angra quase tantos eventos como a soma de todos os outros municípios dos Açores e não temos nenhuma razão para estarmos descontentes.

Denota-se um enorme revigoramento da atividade económica na zona central da cidade e um pouco por todo o concelho. Creio ter-se verificado uma boa retoma na atividade comercial e os

edifícios que estavam abandonados na cidade de Angra estão recuperados ou em vias de recuperação.

Gostaria ainda de prestar uma informação que tem a ver com a participação do município na secção dos municípios com atividade tauromáquica da Associação Nacional dos Municípios. O município de Angra é vice-presidente desta comissão e houve uma reunião em Coimbra há cerca de três semanas onde foi apresentado um conjunto grande de preocupações sobre esta matéria.

Angra foi um dos subscritores de uma carta de protesto enviada ao senhor primeiro-ministro e à Assembleia da República aquando o debate do Orçamento de Estado sobre a questão do IVA. Não tivemos sucesso mas protestámos, eu assinei uma carta dirigida ao primeiro-ministro manifestando a minha profunda discordância com o que estava a acontecer, e o mesmo foi feito pelas cerca de quatro dezenas de municípios que têm atividade tauromáquica e fazem parte desta secção.

As grandes preocupações têm essencialmente a ver com o acesso aos espetáculos tauromáquicos. Há um potencial processo legislativo que visa restringir o acesso à atividade tauromáquica do ponto de vista etário, o que poderá trazer efeitos catastróficos e pesados sobre o futuro desta atividade porque veda a sua aprendizagem e ninguém começa com mais de dezasseis anos de idade.

O município de Angra subscreveu também o protesto a esse processo mas creio que todas as forças políticas aqui presentes se devem preparar para um debate muito duro e de resultado incerto que acontecerá potencialmente nesta primavera. Tomei a iniciativa de contactar alguns deputados do Partido Socialista e creio que os outros partidos aqui presentes devem desenvolver ações semelhantes junto dos seus grupos parlamentares. Tenho muita fé que ainda seja possível resolver o assunto, que exige militância e união, algo que tem faltado. Esta é uma matéria que percorre transversalmente todos os partidos e não podemos deixar este campo apenas do outro lado onde existe militância...

Interpelação impercetível do senhor deputado Luís Rendeiro.

Infelizmente é assim e isso também acontece no seu partido, por isso temos que resolver o assunto da melhor maneira. Os autarcas do seu partido têm preocupações semelhantes às minhas, senão maiores. Aqui nos Açores existe ainda a possibilidade de esta questão ser resolvida o mais rapidamente pela nossa Assembleia Legislativa Regional, o órgão com competência para tal. O senhor tem uma particular responsabilidade porque tem lá assento e aconselho-o a olhar primeiro para a sua casa antes de olhar para a dos outros. Os que se interessam por este assunto devem estar atentos e recomenda-se uma particular militância e atenção aos senhores deputados que têm assento na ALR.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Aproveito a presença de todos os presidentes de juntas de freguesia do nosso concelho para saudar de novo a forma magnífica e ordeira como decorreu mais um carnaval, cada vez com mais vida, cor e qualidade. O povo participa cada vez mais nesta festa que é um exemplo da nossa alma, da nossa cultura e do que somos como terceirenses e isto enche-nos de alegria. Não o podendo fazer de forma particular aos senhores presidentes das sociedades recreativas e aos representantes dos inúmeros grupos que dão o colorido tradicional ao carnaval da nossa terra, expresso a minha saudação nesta que é a primeira sessão da Assembleia Municipal após o carnaval.

Aproveitando este espírito carnavalesco, apetece-me apresentar nesta casa um voto de louvor à empresa que não tem conseguido concluir a obra do palco elevatório da Praça Velha. É que essa empresa decidiu apoiar as posições dos partidos da oposição contra a construção daquele palco e conseguiu o mérito de fazer ao senhor presidente da Câmara o mesmo que ele nos faz

ao anunciar continuamente uma coisa que não acontece. São de saudar estes dois méritos desta empresa.

Passando aos assuntos mais prementes, gostaria de lhe responder já à questão da tauromaquia, senhor presidente...

Sr. presidente da Câmara – Essa é uma questão muito importante sobre a qual não podemos ser jocosos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Gostaria que o senhor me dissesse em que é que somos menos do que Barrancos. Quando as leis vão contra as pessoas, as pessoas também podem ser contra as leis e devem assumir as suas responsabilidades. Concorde-se ou não com o que lá se faz, Barrancos deu uma lição brutal a todas as outras terras do país, dizendo que ali as coisas fazem-se como o povo quer. A essência da democracia é que as coisas se façam à vontade do povo, a ilha Terceira não é menos que Barrancos e devemos refletir acerca do que o povo barranquenho fez para impor as suas tradições, a sua cultura e o seu modo de viver. Ou bem que temos coragem ou não viveremos livres, ficando em paz sujeitos sem podermos fazer o que queremos.

Sou deputado na Assembleia Legislativa Regional, nunca tive medo de assumir as minhas posições, até tenho pagado bastante caro por algumas dentro e fora do meu partido, por isso estou perfeitamente à vontade para aceitar o desafio do senhor presidente da Câmara. Aceite também o senhor o meu desafio para se aguentar com os representantes do Partido Socialista que tem a maioria em todo o lado; os que fogem das salas e os que recuam nas votações e às tantas não assumem sequer o círculo eleitoral que os elegeu. Deixo já aqui também essa acusação.

Apanhando esta boleia, aproveito para trazer de novo a esta casa o assunto do estrangulamento dos transportes e acessibilidades a que este concelho e a ilha Terceira estão sujeitos e o tema das ligações diretas da Terceira através da Azores Airlines às nossas comunidades da diáspora. Acontece que somos sistematicamente acusados de baixas taxas de ocupação nos nossos voos diretos mas um terceirense que queira visitar a família no Canadá - como vou fazer na Páscoa com duas crianças - viajando diretamente da Terceira para Toronto ou Boston, paga mais 150 euros por cabeça do que se optar por viajar através de Ponta Delgada com mais uma ligação aérea, as respetivas taxas de aeroporto, o combustível e o desgaste da aeronave. Gostaria de saber como isto é possível.

Acho que há qualquer coisa errada sobre a forma como estamos a ser tratados. Exige-se que os dois municípios da ilha Terceira tomem posições mais firmes e não se fiquem pelas lamentações. Gostaria que o senhor presidente da Câmara nos dissesse que mais está a ser feito, sabendo que a aparente boa notícia da consignação da obra de ampliação do Porto das Pipas - algo que todos ansiamos desde que, para ali foi prometido um cais de cruzeiros - ainda espera pelo visto do Tribunal de Contas. Será mais uma daquelas obras em que talvez alguém atire uma pedra ao mar com uma placazinha comemorativa a dizer: «Agora é que é.» Isto, se as coisas correm bem porque, se calhar, ainda não será desta. É a eterna situação das acessibilidades aéreas e as outras porque o modelo de transporte marítimo de e para a ilha Terceira também precisa de ser revisto devido às consequências que provoca nas dinâmicas do nosso turismo.

Tendo havido da sua parte, senhor presidente, comentários públicos e notícias vinculadas pela comunicação social relacionadas com outros investimentos ligados àquelas ruínas de grande dimensão que persistem no nosso concelho, nomeadamente o hotel da Serretinha, a antiga fábrica da ELA e o antigo hospital da ilha Terceira, gostaria que nos dissesse o que está já a decorrer em termos de licenciamento e que mais nos pode adiantar a respeito do assunto.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela questão da tauromaquia, fique o senhor deputado a saber que pode contar comigo e com esta Câmara como já o fizemos neste período

anterior. Se estas restrições tiverem, de alguma forma, algum efeito sobre as touradas à corda, estou convicto que o povo desta terra também não se ficará por aí. Esta questão terá que ser resolvida nos lugares próprios, neste caso, na Assembleia Legislativa Regional. Como estamos em fim de legislatura, não é propriamente o melhor momento para este debate, mas veremos o que acontece.

Não tenho um conhecimento muito claro acerca da forma como os preços das ligações aéreas são estabelecidos e já várias pessoas me disseram que fizeram essa simulação para Toronto e Boston. É de estranhar que assim seja e vamos ver se, quem de direito, nos responde acerca dessa situação.

As acessibilidades, sejam aéreas, marítimas, de passageiros ou cargas, são neste momento a maior preocupação da economia desta ilha e as coisas precisam de uma revisão profunda. É verdade que houve uma melhoria nos últimos meses que se traduziu num aumento de dois dígitos que não é comum num indicador económico qualquer e mostra que só uma restrição excessiva explica variações tão grandes. Essa questão é de uma enorme importância para o nosso futuro e muito tem preocupado esta Câmara.

Relativamente aos investimentos em edifícios, o que eu disse à comunicação social é que existem várias manifestações de interesse. Como já referi anteriormente, não me cabe anunciar investimentos privados e por razões éticas só devo falar daqueles que os seus promotores tornam públicos. O promotor do investimento da Serretinha já o anunciou publicamente, por isso posso também dizer aqui que existe a intenção de se concluir em breve as obras que lá decorrem para que o hotel seja inaugurado algures ao longo deste ano. Quanto aos outros investimentos, há de facto um conjunto de movimentações em torno do assunto e os respetivos proprietários farão os anúncios que acharem na altura que entenderem.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e restante executivo, senhores deputados. Começo por pedir ao senhor presidente da Câmara o ponto da situação referente à acessibilidade à zona do hotel da Serretinha.

Assumindo eventual desconhecimento da matéria, peço-lhe também que nos indique qual a entidade responsável e que medidas levaram a esta distinção de Angra como a autarquia familiarmente responsável em 2019 que consta do relatório da atividade municipal.

Considerando o carnaval um movimento muito importante na nossa cultura, propomos à Mesa a atribuição de um Voto de Louvor ao projeto MUTE e através dele pretendemos homenagear todos os elementos e participantes diretos e indiretos num carnaval que é único, é nosso, distingue-nos e muito nos honra a todos.

Estamos no mês de fevereiro, os dias estão a crescer, as tardes começam a ficar mais longas e o encerramento do jardim às 18 horas não nos parece uma boa resposta para quem pretenda disfrutar do final de tarde num sítio aprazível, por isso deixamos aqui a proposta para que esse horário de fecho seja revisto.

Sr. presidente da Câmara – O horário do funcionamento do jardim é sazonal, muda todos os anos no dia 21 de março e segue um padrão anual desde tempos imemoriais. Varia tradicionalmente ao longo do ano em função das horas da luz, no inverno encerra com o pôr-do-sol e durante o verão fica aberto até mais tarde com a iluminação acesa. A próxima mudança está prevista para o dia 21 de março quando começa a primavera.

A acessibilidade à Serretinha está a aproximar-se da sua resolução. As dificuldades tiveram a ver com a obtenção de acordos com 38 proprietários por se tratar de uma zona de «microfúndio» onde as pessoas são donas de pequenos terrenos e a sua aquisição está a ser extremamente complexa porque não é possível seguir uma regra única. Quem tinha terrenos

maiores mas de pouco valor do lado de terra, fica agora com um terreno urbano muito valorizado e há quem perca tudo porque o seu terreno era já demasiado pequeno e o que resta já não serve para nada. Os que estão do lado do mar a menos de 50 metros da falésia, não podem lá construir e o terreno fica também desvalorizado.

Existe uma negociação que é feita praticamente caso a caso porque não é possível aplicar uma regra geral. O assunto tem sido moroso e, como não houve entendimento com uma parte razoável das pessoas, está a ser pedida ao Governo Regional a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação de algumas parcelas em que não foi possível chegar-se a uma situação de negociação razoável entre as partes.

O galardão do município familiarmente responsável é atribuído por uma associação de âmbito nacional que avalia as políticas seguidas pelos municípios. Peço ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra à senhora vereadora Raquel Ferreira que tem tratado destes assuntos.

Sra. vereadora Raquel Ferreira – Muito bom dia a todos. Este galardão avalia ainda as bolsas que atribuímos aos estudantes para que possam continuar os estudos na universidade e tem também em conta outras atividades como, por exemplo, o projeto 3D que desenvolvemos com a Cáritas nas escolas de S. Mateus, da Terra Chã e de S. João de Deus, procurando aproximar os pais das escolas e garantir assim o sucesso escolar dos alunos. São também avaliados os apoios sociais que atribuímos às famílias para recuperação das moradias até um teto de cinco mil euros, as questões culturais e algumas ações que desenvolvemos nas escolas relativas à saúde.

Numa parceria com a Unidade de Nutrição do Centro de Saúde, elaborámos um livro sobre a alimentação dos bebés até ao primeiro ano de idade que foi reconhecido a nível nacional como sendo uma boa prática e vai ser replicado para ser distribuído em todo o arquipélago dos Açores. Resumindo, são avaliados estes projetos que promovemos diretamente ou através de parcerias.

Sr. presidente da Câmara – Tanto quanto me é dado saber, o programa de bolsas do nosso município é o mais generoso do país. Nesta altura temos um número muito alargado de jovens a beneficiarem de bolsas de estudo, o que tem resolvido o problema de muitas famílias que, de outra forma, não poderiam colocar os seus filhos no ensino superior.

Sra. d. m. Brites Cunha – Congratulo-me com a postura do senhor presidente da Câmara a respeito desta questão intrincada e duvidosa por parte do seu partido que, há um ano e pouco, consentiu liberdade e agora vem impor a disciplina de voto numa matéria cultural. Não se entende esta mudança de paradigma, nem tão pouco o comportamento lamentável dos deputados do seu partido na Assembleia da República, mas louvo-o pela sua postura e pela posição da Câmara Municipal porque acho que o senhor nos representou muito bem.

É preciso recuar no tempo uns bons anos para se perceber que começa a ser tardio o apelo a uma militância que sempre deveria ter existido. O senhor deputado Luís Rendeiro perguntou o que temos a menos em relação a Barrancos. Pois, parece que temos tudo menos porque, por altura da discussão acerca da «Sorte de Varas», não nos soubemos impor por via do seu partido. A ilha Terceira deveria ter-se imposto e demarcado das restantes posições a respeito da matéria taurina mas assistiu-se a atitudes extremas de covardia e hipocrisia por gente do seu partido que ficou em casa e não apareceu quando estava comprometida com o sentido de voto e outras situações por demais conhecidas. Não contentes com isso, anteriormente tínhamos assistido ao maior atropelo da história da nossa autonomia, um veto de gaveta sem paralelo.

O apelo que lhe faço, senhor presidente, é que seja muito exigente e duro na militância que vai fazer junto dos seus e todos nos comprometeremos a fazer o mesmo com os nossos. Peço que agora seja algo a sério porque temos vindo a perder muito terreno nesta matéria desde há largos anos.

Folgo em saber que a zona balnear da Silveira será a preferencial para a população de mobilidade reduzida. Aquela rampa deve ser muito apetecível. Quanto ao PDM aqui referido há pouco, devo dizer que percebo o aumento das restrições em relação aos benefícios mas também espero que, a bem dos interessados, o plano preveja e concretize da melhor forma uma adaptação da lei da água no que respeita ao domínio público marítimo.

Sr. presidente da Câmara – Da minha parte pode contar com toda a militância. Costumo ser acusado de teimoso, não vou agora defraudar as expectativas.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Vi aqui no relatório da atividade municipal que, pelo menos à data que isto foi escrito, estava ainda em fase de concurso público a substituição de alguns equipamentos de apoio ao basquetebol no pavilhão municipal como os marcadores electrónicos e outras situações sinalizadas pela ABIT. Gostaríamos de saber o que se está a passar e qual o prazo previsível para se fazerem estas alterações.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia, caros colegas da vereação. Está a ser resolvida uma primeira situação referente aos marcadores digitais que se encontravam com alguns problemas. Numa situação normal, seria possível repará-los mas, como são bastante antigos, estão descontinuados e começaram a apresentar alguns problemas, foi-nos aconselhada a sua substituição pela própria Federação Portuguesa de Basquetebol. Não é fácil estipular um prazo mas o procedimento está em curso e está tudo encaminhado para que o assunto fique resolvido brevemente dentro de cerca de um mês e meio.

Estamos também a tentar uma solução mais barata e viável para a substituição das tabelas de basquetebol que também apresentam alguns problemas. O Serviço de Desporto da Ilha Terceira cedeu-nos umas tabelas que não estavam a ser utilizadas, estão em perfeitas condições e serão instaladas no nosso pavilhão. Estamos ainda a proceder a reparações no telhado do pavilhão que apresentou algumas infiltrações nesta época de maiores chuvadas.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Cumprimento o senhor presidente e os senhores membros da Mesa, o senhor presidente da Câmara e restante vereação e todos os colegas deputados municipais. A minha intervenção vem ao jeito de um desabafo relativamente às acessibilidades à ilha Terceira. Bem sei que o assunto ultrapassa as competências desta Câmara mas sou confrontado semanalmente com esse constrangimento ao nível da carga aérea e marítima.

Por altura do Natal surgiu uma situação que revela precisamente a nossa fragilidade em termos de ligações ao exterior. Acontece que, as cargas aéreas e marítimas que estavam previstas chegar no dia 18 de dezembro, chegaram em simultâneo no dia 26 desse mês. Estou a falar de produtos perecíveis que permaneceram na placa do aeroporto de Lisboa durante uma semana, ninguém se responsabiliza e toda a gente empurra de companhia para companhia. O que está acordado em relação à ligação marítima é que o navio vá uma vez direto para a Horta e alternadamente venha para a Terceira, pelo meio avaria uma grua, vem o mau tempo, enfim.

Na verdade, não se trata de uma situação pontual. Fiz parte de uma comissão de transportes na Câmara do Comércio, esta situação tem sido debatida e houve até uma reunião com o senhor Diretor Regional dos Transportes. Há a sensação da existência de lóbis muito fortes no setor, nomeadamente ao nível dos transportes marítimos, e a ilha Terceira fica sistematicamente para trás.

Os empresários da nossa ilha pedem há vários anos uma ligação de barco para a Terceira, pelo menos até meados da semana na quarta-feira, e é raríssimo termos uma ligação marítima nos primeiros três dias. Acontece que os barcos chegam na quinta ou na sexta-feira, se acontecer um percalço qualquer, a carga fica retida no fim de semana e só a recebemos ao fim de dez dias ou mais, após a saída de Lisboa. Isto é extremamente penalizante para quem transporta cargas em períodos mais sensíveis como o Natal e tudo é ainda mais complicado quando se trata de produtos perecíveis que levam a perdas significativas por cada dia que passam nos contentores.

Ninguém se responsabiliza e de nada nos serve assinar todos os livros de reclamações ou fazer todas as queixas possíveis.

Peço ao senhor presidente da Câmara que vincule esta situação noutras instâncias porque chegámos ao ponto de aceitar este fado. Temos aprendido a viver desta forma mas tudo isto nos traz prejuízos bastante significativos que depois se refletem na realidade das empresas.

Sr. presidente da Câmara – Volto a reiterar esta preocupação que é obviamente partilhada pela Câmara Municipal. Esta é uma das questões que maiores restrições tem trazido ao desenvolvimento da nossa economia e à sustentabilidade de muitas atividades que aqui se desenrolam. Há um descontentamento unânime e espero que daqui resulte alguma ação para que a situação se resolva.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais. Sabendo que a Câmara tem a noção da importância da remodelação do mercado municipal e a existência de um parque de estacionamento que possibilite às pessoas uma circulação cómoda no nosso centro histórico, peço ao senhor presidente da Câmara o ponto da situação acerca desta obra, uma vez que este projeto decorre há longos anos.

Sr. presidente da Câmara – Essa é por nós considerada de forma unânime uma obra prioritária. Logo que o projeto seja revisto e independentemente da existência de fundos comunitários, a mesma será colocada a concurso já que temos essa capacidade financeira e teremos eventualmente que fazer algum endividamento. A obra está estimada em cerca de sete milhões de euros, a parte arquitetónica no projeto está pronta e é necessária uma revisão na parte de engenharia. Houve um alargamento de um dos pórticos porque se conseguiu um entendimento com a Diocese de Angra no sentido de adquirir uma faixa de terreno nas traseiras do seminário, o que vai permitir um acesso para cargas e descargas. Foi preciso fazer uma mudança numa das estruturas dos últimos pórticos do edifício e contamos ter o projeto pronto nas próximas semanas para que seja colocado a concurso, esperando-se que seja financiado no próximo quadro comunitário.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Por um lado fico satisfeito, mas sinto também uma certa estupefação ao assistir a algumas lamentações como as que ouvimos do senhor deputado Carlos Ormonde relativamente aos transportes.

Utilizando uma expressão do senhor presidente da Câmara, «esperemos que, quem de direito, resolva...», durante longos anos, enquanto houve um Governo da República que pagava as dívidas de Sócrates, estivemos sentados nesta bancada a levar na cabeça por tudo o que Passos Coelho fazia, sendo ou não da competência municipal, mas que se refletia no nosso concelho. Agora que os senhores votaram todos no PS que tem um Governo Regional que é o acionista único da SATA, põe e dispõe nos conselhos de administração e em todas as políticas daquela companhia aérea, dizem que «é quem de direito» em vez de dizerem que é o Governo Regional do Partido Socialista? Um Partido Socialista que chumbou todas as iniciativas dos partidos da oposição que visavam estudar e reformular o modelo de transportes marítimos de mercadorias?

O PS chumbou tudo até à última sessão da Assembleia Legislativa Regional que, finalmente decidiu estudar - um estudo condicionado e não limpo - os modelos de acessibilidades marítimas e de transportes, e os senhores lamentam-se que isto esteja a correr mal? Pois, se quiserem, podem vir para este lado porque cabe mais gente nesta bancada para protestar com toda a veemência contra o partido a cujas listas os senhores se candidataram. Estejam à vontade porque podem fazê-lo a qualquer momento.

Quanto à questão da tauromaquia, tenho o orgulho de estar sentado ao lado de um ex-deputado da Assembleia da República que levou um processo disciplinar aplicado pela direção da

bancada do seu partido quando votou contra a lei das finanças da região autónoma dos Açores que não era favorável à nossa região.

Não é coisa de pouca importância a disputa para que as ilhas se façam representar nos lugares elegíveis de cada um dos seus partidos e os senhores têm uma deputada da ilha Terceira na Assembleia da República, a Lara Martinho, que votou a favor do aumento do IVA na tauromaquia. Não vamos brincar com coisas sérias. O senhor presidente da Câmara apela à militância e o seu partido tem uma deputada da Terceira na Assembleia da República que votou a favor disto? Apela à militância de quem? À nossa como terceirenses? Vou ali e já volto.

Ali na Rua do Marquês acima do Centro Interpretativo, existe uma casinha que é a sede do PS. Conversem lá uns com os outros e defendam a vossa terra porque, primeiro estão as pessoas e a seguir o PS. Isto é para a gente se entender e acabar com as hipocrisias.

Tendo em conta a época baixa, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos informasse acerca do que está previsto em termos de intervenções nas zonas balneares do concelho que são muito importantes também em termos de turismo, são fustigadas ano após ano com grande violência pelas intempéries, e parece-me que a política do remendo está a atingir o seu limite. No início deste ano discutimos a necessidade de um plano em larga escala para sua requalificação, que começa a tardar, e qualquer dia está aí o bom tempo e os banhistas. Alguns até já se dirigiram às zonas balneares neste carnaval que foi extraordinário em termos de bom tempo.

Verifiquei no relatório da atividade municipal uma referência à indisciplina acerca da colocação de resíduos na via pública por parte de titulares de estabelecimentos comerciais que não cumprem os horários para tal estipulados, por isso queria saber o que impede a Câmara Municipal de disciplinar os prevaricadores com a aplicação de coimas como se faz em todo o lado.

Gostaria de saber quais os motivos da reversão dos direitos de superfície na zona industrial, sendo que um deles é da Cruz Vermelha e um outro pertencente a uma instituição de solidariedade social. Tendo em conta que foi uma ajuda dada pelo município a essas instituições ao conferir-lhes os direitos de superfície, pergunto o porquê dessa reversão, sabendo que as instituições continuam a necessitar de ajuda.

Com a chegada da primavera, aproxima-se também a época de reprodução das pragas e praguinhas, os pombos, os ratinhos e afins, que faço questão de referir constantemente nesta Assembleia. Uma vez que alguns particulares estão a erradicar as palmeiras das suas propriedades, um dos locais mais escolhidos pelos pombos para nidificação, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos dissesse o que pode fazer para erradicar também os alimentadores de pombos.

Parece que toda a gente tem medo dos ativistas, quando todos sabemos que é proibido por lei alimentar um conjunto de animais na via pública, e temos uma cidade que vê o património do seu centro histórico a degradar-se devido às fezes desses animaizinhos. Por mais polémico que seja, o senhor presidente da Câmara já sabe que sou defensor do envenenamento por chumbo em cartuchos sempre que isso for possível. Não devemos ter medo da velhinha que dá milho aos pombos e temos que acabar com isto porque é prejudicial para o nosso concelho.

Sr. presidente da Câmara – A indisciplina respeitante à colocação de resíduos tem sido resolvida pela via que o senhor deputado apontou. Nalguns casos tem-se forçado o cumprimento com muita energia e creio que as coisas melhoraram razoavelmente.

Quanto aos direitos de superfície, algumas das reversões devem-se à falta de pagamento e algumas circunstâncias têm a ver com o abandono dos locais, havendo por outro lado, uma

grande necessidade de disponibilizar espaço na zona industrial porque não há nenhum lote vago neste momento em que se verifica uma procura muito elevada.

No que respeita às entidades sem fins lucrativos, está a ser feito um comum acordo justamente com o objetivo de ajudar. Trata-se de um acerto que é preciso fazer para se resolver o problema dos escuteiros que precisam de um espaço mais adequado e serão deslocados para uma escola existente na Vinha Brava cujo investimento será feito à conta do dinheiro resultante dessa transferência.

A questão das pragas é bastante complexa e vamos continuar com a desratização. Já foram adquiridos os venenos respetivos, os SMAH têm mantido a sua campanha junto dos contentores e nas ribeiras e houve uma grande melhoria nessa área. Creio que as coisas também melhoraram bastante nos últimos tempos em relação aos pombos mas vamos continuar a acompanhar a situação.

Sr. vereador Guido Teles – Já demos início ao planeamento referente às zonas balneares. Este ano prevê-se a necessária manutenção e também a reconstrução das áreas que foram destruídas pelas intempéries, havendo muito trabalho a fazer em algumas delas. Visitámos todas as zonas balneares do nosso concelho e analisámos também a possibilidade da criação de novas zonas de acesso ao mar. Apesar de estarmos ainda numa fase preliminar, esperamos proceder ao longo deste ano a algumas melhorias em espaços já utilizados para acesso ao mar, um ao lado do Forte de S. Mateus que está já a ser projetado, e um outro na Vila Maria que sofrerá intervenções a breve trecho sem se prejudicar a zona costeira.

Há um segundo projeto contratado para a zona da Vila Maria que poderá tornar-se numa zona de banhos um pouco maior. Segundo os arquitetos e projetistas do concelho e de acordo com as características da nossa costa e das zonas de proteção ambiental, existem alguns locais que poderiam ser adaptados mas não há muita viabilidade sem grandes investimentos em zonas de banhos. O objetivo é o aumento dos acessos ao mar, a criação de pequenas zonas de banho e a requalificação das existentes. Temos também a necessidade de melhorar o estacionamento em duas zonas balneares, a Salga e os Salgueiros que são muito procuradas no verão, mas estamos dependentes dos acordos possíveis com privados.

Estamos neste momento a orçamentar as intervenções necessárias para esta época balnear e tencionamos apresentar brevemente um plano em reunião de Câmara para vermos o que poderá ser feito. A nossa prioridade é pôr as zonas balneares em boas condições e melhorar também alguns acessos ao mar que já referi para que as pessoas possam usufruir de mais alguns pequenos solários já este verão.

Sr. d. m. Délio Borges – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados, senhores jornalistas e público aqui presente. Gostaria de deixar uma sugestão ao senhor presidente da Assembleia. Como entrámos na segunda metade do mandato, porque não irmos ao encontro da sociedade, realizando esta reunião noutra espaço como, por exemplo, uma escola para permitir a intervenção dos alunos? Seria uma boa forma de divulgarmos melhor este espaço e as nossas atividades, indo ao encontro de uma franja da população que se mantém distante destes fóruns.

Para o senhor presidente da Câmara, tenho duas ou três preocupações relativas ao amianto que, ultimamente, não tem sido aqui discutido. Gostaria de saber se continuam a existir edifícios ou espaços municipais com esse material e, em caso afirmativo, quais as perspetivas da sua erradicação.

Senhor presidente, temos vindo a receber algumas queixas relativas a infiltrações de água das chuvas no pavilhão multiusos lá em cima no Bowling e gostaria que nos dissesse o que está ou poderá ser feito para corrigir essa situação.

Recebemos também algumas reclamações a respeito da inoperacionalidade de vários duches na piscina municipal mas parece que nos últimos dias têm estado a decorrer obras de reparação com vista à resolução do problema. Finalmente e voltando à questão das nossas calçadas, gostaria de chamar a atenção para o pavimento da Rua do Rego que está horroroso. Aquilo mais parece um carrossel, senhor presidente.

Sr. presidente da Câmara – Que eu saiba, no património municipal existe apenas oficialmente uma estrutura com fibrocimento que é uma pequena oficina situada junto ao aterro com pouco uso. Apesar de ter sido feita uma análise que indica a ausência de amianto, recentemente estive em cima das piscinas mas tenho as minhas dúvidas e deixo um ponto de interrogação. Embora o fibrocimento não signifique amianto porque há outras fibras, neste momento temos muito pouco no que toca a tetos em fibrocimento em estruturas municipais. O teto do pavilhão por detrás da escola do Alto das Covas e o teto das piscinas municipais, as duas estruturas maiores e mais antigas, foram devidamente analisadas por uma empresa da especialidade e não contêm amianto. Contudo, não sei.

O teto das piscinas está em péssimo estado mas por outras razões e faremos a sua substituição integral no verão por altura da paragem da atividade. Existem problemas de ventilação que levaram ao apodrecimento das madeiras e a um elevado estado de degradação da estrutura e foi necessária a remoção de telhas para diminuir a carga que era demasiado pesada para o estado em que se encontravam aquelas asnas.

Quanto às calçadas, temos em péssimo estado o Alto das Covas, a Ladeira de S. Francisco e a Rua do Rego, que são as zonas por onde passam os autocarros que têm causado uma enorme degradação do pavimento. Será feita em breve uma intervenção pelos nossos próprios serviços na Ladeira de S. Francisco no sentido de colmatar o problema, embora transitoriamente, e a Rua do Rego terá também que ser refeita mas não faz sentido avançar agora porque terá que ser feita ali uma grande escavação se arrancarmos com a obra do mercado municipal. O mesmo acontece com o Alto das Covas, por onde será feito o escoamento dos materiais da escavação da obra do mercado, o que deixará aquela zona extremamente degradada e a intervenção só fará sentido depois de tudo isto.

Sr. vereador Guido Teles – O pavilhão multiusos apresenta problemas estruturais de raiz. Desde que iniciámos funções, um dos objetivos que assumimos foi o de levar aquele espaço a hasta pública. Foi concessionado à empresa «Best Of» e ficou definido no procedimento concursal que teríamos que efetuar obras de intervenção para resolver os problemas de infiltrações. A partir daí, a manutenção ficaria a cargo dessa empresa.

Terminámos há relativamente pouco tempo uma segunda ou terceira obra de tentativa de resolução daqueles problemas de infiltração e esta última foi realizada para conseguirmos ultrapassar este obstáculo de transmissão de responsabilidade para o concessionário. Em todas as intervenções houve total articulação com a própria empresa para termos a certeza que estaríamos a fazer tudo o que nos era possível. Com a conclusão dessa intervenção, as responsabilidades passaram para a empresa.

Não recebemos mais nenhuma comunicação relativamente à existência de problemas de infiltração no edifício e, caso tenham surgido após o termo da obra, já não temos qualquer obrigatoriedade porque a empresa assumiu essa responsabilidade por via contratual.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Este assunto será abordado mais adiante no respetivo ponto da Ordem de Trabalhos sob a forma de um Voto de Protesto mas gostaríamos de deixar bem claro que nos devemos manter unidos no que respeita a esta questão da tauromaquia. Os membros desta bancada e todos os elementos desta Assembleia Municipal deverão tomar todas as medidas e diligências necessárias no sentido de defenderem a uma só voz uma tradição que é nossa e pretendemos manter.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Ainda a respeito das acessibilidades à ilha Terceira, é de lamentar mais uma vez que a iniciativa tomada em tempo útil por esta Assembleia, aparentemente não tenha ainda surtido os efeitos desejados, pelo menos no que respeita às cargas aérea e marítima. É preciso lembrar mais uma vez que as atitudes da Azores Airlines para com a ilha Terceira quase roçam os atos criminosos como se vê bem demonstrado nesta disparidade incompreensível de preços nas ligações aéreas para destinos comuns como Boston ou Toronto.

Há uns meses foi suscitado em sede da Assembleia Legislativa Regional um requerimento pelo facto de a SATA indicar que os voos dos Estados Unidos para a Terceira estavam completos, tentando encaminhar os passageiros por Ponta Delgada quando, na realidade, esses aviões aterravam aqui nas Lajes com baixíssimas taxas de ocupação. Depois surgiram diversos comentários nas redes sociais a respeito dessas notícias, dizendo que não se justificam os voos para a Terceira porque os aviões aterram cá vazios. Estas atitudes são gravíssimas, perturbam a economia e o desenvolvimento desta ilha e só não as classifico de criminosas porque não sei se este tipo de crime está previsto no código penal. Concordo com as intervenções das diversas bancadas sobre esta matéria e volto a lembrar que este assunto não pode cair no esquecimento.

Há pouco, o senhor vereador Guido Teles na sua intervenção a respeito da substituição dos equipamentos do pavilhão municipal, referiu-se aos marcadores digitais mas não percebi se se trata apenas de uma parcela desse conjunto dos três equipamentos ou de uma unidade única.

Sr. presidente da Câmara – Trata-se de um equipamento único e creio que comporta todas essas valências.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Respondendo à pequena provocação do deputado Luís Rendeiro, colega da bancada adversária, informo que me sinto muito bem sentado deste lado, não tenho filiação partidária nem aspirações políticas, e não estou aqui para bajular os representantes camarários até porque, muitas das preocupações que aqui trago, ultrapassam as competências da Câmara.

Como terceirense de gema, aqui nascido e criado, sinto pena ao ver a minha terra sistematicamente empurrada para o abandono, perdendo terreno face a S. Miguel. Tenho pena que não haja mais massa crítica de ambos os lados para fazermos valer os nossos direitos e ficarmos em pé de igualdade perante outros açorianos, apesar de haver outras ilhas que estão em pior situação do que nós. Quero deixar bem claro que nada me impede de expressar uma opinião contrária à de qualquer outro governante ou àquilo que defenda o partido político que aqui represento. Não votei contra mas já cheguei a abster-me em situações de discordância com a minha bancada.

Além da habitual lista das pragas - os ratos, as térmitas e os pombos - temos ainda a situação preocupante dos cães vadios que começam a ser também uma praga. Há poucos dias ouvi uma conversa de café em que um senhor lavrador dizia: «Aqui na zona da Ribeirinha o problema está resolvido. O fulano, (que não sei quem é), anda sempre com uma espingarda na carrinha. Quando vê um cão... um tiro. A gente aqui, problemas de cães, não tem.» Bem, até ao dia em que seja interpelado e tenha problemas graves com a justiça, mas é pena que a situação só se resolva por essa via.

Perto de S. Sebastião e da Ribeira Seca, há uma zona em que os agricultores têm sido seriamente prejudicados por cães vadios. O senhor presidente sabe-o bem porque já abordei o assunto aqui noutras assembleias e houve alguém do público que também aqui apresentou queixas relacionadas com cães abandonados.

A situação é muito séria porque, na verdade, existe um pau de dois bicos. Se, por um lado, ao encontrarmos um cão abandonado, não podemos deixá-lo no canil municipal porque está lotado, por outro, a lei está mal feita e remete para situações muito complicadas que acabam

por determinar a libertação do animal. Nesses casos, o procedimento que adoto é chamar a divisão do ambiente da GNR mas, quando chegam, os coitados identificam a pessoa e vão-se embora porque nada mais podem fazer.

Acho que perdemos completamente o controlo quanto à praga dos pombos e é enorme a quantidade de palmeiras que se têm cortado nesta terra. Não sei se não teremos que as cortar a todas e colocar espetos nos telhados das casas e das escolas porque a situação está já a tornar-se num problema de saúde pública.

Sr. presidente da Mesa – Em resposta à sugestão do senhor deputado Délio Borges relativamente à realização das sessões da Assembleia Municipal fora deste espaço, devo dizer-lhe que, quando iniciei as minhas funções há 14 anos, propus à Assembleia a realização de uma reunião por ano em cada uma das freguesias do concelho e assim aconteceu até ao ano passado mas, infelizmente, o êxito foi muito relativo. Nalguns casos aparecia uma ou duas pessoas, noutros não comparecia ninguém e foi traumático para quem desejava a participação efetiva dos munícipes. Não ensaiámos esse processo relativamente às escolas mas tenho sérias dúvidas que seja possível a uma escola paralisar a sua atividade, pelo menos durante uma manhã, para assistir a uma sessão da Assembleia Municipal. Todavia, posso apresentar a sugestão ao conselho diretivo de uma escola e procurar saber o que pensarão a respeito do assunto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro (numa interpelação à Mesa) – Peço ao senhor presidente da Mesa, deferência na condução dos trabalhos e me conceda algum tempo para poder prestar um esclarecimento adicional à intervenção proferida pelo senhor deputado municipal Carlos Ormonde relativa aos animais errantes, nomeadamente os cães vadios, porque o tema é muito mais grave do que aquilo que se possa imaginar.

Vivemos num tempo diferente em que a urbanização das populações, o seu desprendimento do meio rural e das atividades do dia a dia levaram a que, a forma de abordar os animais, a produção animal e as produções agrícolas, se esteja a desfasar um bocadinho da realidade. O aparecimento de fenómenos que se materializaram na constituição de partidos e de agendas políticas estão a condicionar as leis, muitas vezes de forma irracional, atribuindo aos direitos e ao bem-estar animal um conjunto de faculdades que colidem com a saúde pública, com a atividade económica e com o bem-estar das populações.

O que aconteceu na legislação nacional e regional no que respeita ao bem-estar animal e à proibição de abates de cães em canis e centros oficiais de recolha terá de ser revertido muito rapidamente porque o drama que se verifica à escala regional e nacional no que diz respeito ao descontrolo das populações de animais vadios ou errantes - porque agora temos que usar termos politicamente corretos e não se pode dizer que um cão é vadio - leva a que seja impossível acompanhar as taxas de reprodução e abandono dos animais pelas medidas de controlo dessa mesma reprodução, nomeadamente através da *chipagem*, da esterilização e da identificação dos respetivos proprietários, e é difícil o crescimento dos canis e dos centros oficiais de recolha de modo a albergar todos os animais que por aí andam.

Foi absurdo abdicar da ferramenta «eutanásia» para controlar estas populações e não vou discutir as questões relativas às outras eutanásias porque, cada vez mais se flexibiliza a questão da vida das pessoas e se proíbe a gestão das populações e da saúde pública no que respeita às populações animais. Lembro mais uma vez que o PSD, sozinho, foi o partido que se manifestou reticente e não votou favoravelmente esta lei. Apesar de eu ter sido o deputado que protagonizou esse debate, não consegui que o meu partido votasse contra, ficando-se por uma miserável abstenção.

Não aconteceu aqui na Terceira - porque ainda vamos tendo outra presença de espírito que, às vezes, nos falta para outros assuntos - mas digo-vos que os meus colegas deputados do PSD residentes na ilha de S. Miguel e as suas famílias foram ameaçados das mais diversas formas

pelos ativistas dos direitos dos animais que, se calhar, são alguns dos agitadores mais radicais da nossa sociedade que depois se travestem de almas caridosas a pedirem auxílio para a compra de rações nos nossos supermercados para os cãesinhos e para os gatinhos.

Sem medo das palavras, tudo isto vai colidir depois com a tauromaquia e com as outras situações que ultrapassam o bom senso e chegam às questões de identidade cultural. Toda a gente nas suas atividades económicas e até eu ao nível profissional como médico veterinário, agora mais afastado mas voltando em breve cheio de entusiasmo, tive que lidar por diversas vezes com os ataques de cães vadios aos vitelos e a outros animais das nossas explorações agrícolas.

As autarquias, que são detentoras dos canis e dos centros oficiais de recolha, vão ter que começar a fazer mais ruído face à sua própria incapacidade em lidarem com uma lei que é imbecil. Não devemos ter medo das palavras porque a lei é imbecil. É preciso pugnar para que seja alterada tão rapidamente quanto possível ou mesmo assumir a quota de responsabilidade na impossibilidade do seu cumprimento e da necessidade de se abater os animais que não são adotáveis, na maioria dos casos, por questões comportamentais e não por serem mais ou menos saudáveis, maiores ou mais pequenos, mais bonitos ou mais feios. Há animais que não são adotáveis porque não foram devidamente educados e sociabilizados durante o seu crescimento, apresentam comportamentos agressivos e são incapazes de viver confinados nos pequenos espaços de uma habitação ou de controlarem os seus hábitos higiénicos.

Os animais não podem passar a vida inteira fechados num canil de três por três metros acompanhados de outros tantos, nem devem - pelo cúmulo da imbecilidade - ser devolvidos ao local onde foram capturados como prevê a lei, mas desta vez, devidamente esterilizados. Na altura, em debate na Assembleia Legislativa Regional, apelidei-os de «bando de eunucos». Continuam a caçar e a matar vitelos e galinhas, mas como eunucos. Podem rir à vontade pois este é o quadro legal que temos no momento.

Agradecendo a paciência e a benevolência do senhor presidente da Mesa ao conceder-me tempo para mais este desabafo, lembro que compete às câmaras municipais que detêm os centros oficiais de recolha, dar um valente murro na mesa e dizer que isto não é possível de cumprir. Temos que continuar a abater os animais porque isto é também insustentável do ponto de vista financeiro, há muita gente pobre que precisa de ajuda e andamos aqui a alimentar os animaizinhos que não podem ser adotados. Além de uma questão de saúde pública, é também um problema económico para quem tem que os gerir.

Sr. d. m. João Santos – Muito bom dia a todos. A sugestão do deputado Délio Borges parece-me muito interessante, acho que deve ser tentada e não me parece que seja necessário interromper as atividades de uma escola inteira para que lá se realize uma sessão da Assembleia Municipal. Se acontecer, por exemplo, na escola Tomás de Borba, poderá decorrer num espaço onde as turmas dos alunos do ensino secundário por lá possam passar de forma rotativa acompanhados pelos professores. Já nos deslocámos deste espaço para as freguesias, inclusivamente à noite, o resultado não foi o melhor porque as pessoas não aderem e talvez a escola seja uma excelente iniciativa a ser tentada.

Sr. presidente da Mesa – Como já referi, entrarei em contacto com um conselho diretivo e depois darei conhecimento à Assembleia.

Não se registando mais intervenções, a informação da Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 - Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal para o ano de 2020. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta revisão costuma ser feita em março após a aprovação da conta. Contudo, como este ano temos algum interesse em avançar rapidamente com alguns projetos, estamos a fazer uma previsão que não altera o orçamento global. Trata-se apenas de uma redistribuição por diferentes rubricas que é necessariamente transitória, já que esta matéria terá que voltar com uma expressão bastante maior na próxima sessão da Assembleia Municipal quando for aprovada a conta do município.

A Primeira Revisão ao Orçamento e GOP's da Câmara Municipal constante do Ponto 1.2, foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.3 - Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2020, tendo em vista a introdução de um posto de trabalho de técnico superior (área de promoção turística/técnico de turismo) a afetar à Unidade de Promoção da Economia. Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Peço que a Assembleia aprecie simultaneamente os Pontos 1.3 e 1.4 por se tratar da mesma coisa mas os assuntos foram deliberados em diferentes reuniões de Câmara.

Pretende-se preencher um posto de trabalho de técnico superior na área do turismo por substituição de uma pessoa que se aposentou, dando-se assim início ao processo de abertura do Centro Interpretativo. Desta substituição resulta uma redução da despesa, já que o ordenado do novo posto de trabalho é mais baixo do que o que está de saída. Pretende-se ainda que um técnico de informática de Grau 1 substitua uma pessoa que se transferiu para fora dos serviços do município.

O posto de trabalho seguinte visa resolver um problema com o cumprimento deficiente de uma obrigação do município para com a CPCJ (Comissão de Proteção de Crianças e Jovens). O município recebe do Ministério da Justiça um valor para manter ali um posto de trabalho e temo-lo feito através de um acordo com a CARITAS. Há uma pessoa que lá trabalha há cerca de uma década com contratos de trabalho precários e outras situações menos boas e o que se pretende é criar um posto de trabalho permanente e pago diretamente pelo município. Destas três vagas aqui propostas, não há qualquer aumento da despesa para o município, antes pelo contrário, haverá uma redução.

Sr. d. m. Délio Borges – Sempre que preparamos as reuniões da Assembleia Municipal, temos o hábito de consultar o Base.Gov, que é o *site* das adjudicações de contratações públicas, para ficarmos a par do que a Câmara vai fazendo. Ontem, ao consultarmos o referido *site*, verificámos uma aquisição de bens e serviços para uma área que tem a ver com esta contratação de recursos humanos. É estranho que, essa aquisição de serviços que ontem constava do portal dos contratos públicos, hoje tinha desaparecido quando voltei a consultar o referido *site*. Ontem aparecia, hoje não aparece. Tem a ver com uma aquisição de serviços para apoio técnico nas áreas de turismo e empreendedorismo no valor de 13 668,00 € ao senhor Sebastião Medeiros. Como isto vai entroncar com esta contratação na área do turismo, pergunto se existe alguma relação com esta aquisição de serviços.

Sr. presidente da Câmara – A gestão dessas informações é feita pelo BASE, as câmaras não as podem remover após a sua publicação e essa contratação tem a ver com o funcionamento da StartUp Angra. Essa pessoa foi contratada para substituir o gestor da StartUp que, por razões da sua vida profissional, achou que o lugar não lhe servia e saiu. Apesar de haver aqui uma conexão entre as duas áreas, não significa que seja isso. Existe apenas uma ligação significativa

no último dos casos em que não podemos abrir concursos mas a verdade é que há uma pessoa que trabalha há uma década com contratos precários na CPCJ e desejo-lhe a melhor das sortes.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tendo em conta a informação que o senhor presidente da Câmara nos prestou ao de leve na conferência de líderes, fui também investigar os motivos que levaram à transferência de um funcionário da Câmara para outro serviço e a necessidade da sua substituição. Parece-me que os motivos dessa transferência são graves e a mesma não deveria ter ocorrido sem o levantamento de um procedimento disciplinar ou, quiçá, de outros do foro criminal.

Parece haver por vezes nas instituições públicas uma ligeireza no tratamento de assuntos de alguma gravidade que ocorrem no exercício de funções profissionais, atuando-se do tipo: «Transfere-se a pessoa para outro sítio e não se fala mais nisso.» A minha pergunta é muito objetiva: porque é que não foi levantado um procedimento disciplinar e não houve um despedimento com justa causa de alguém que andou a cometer atividades ilegais no exercício de funções?

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma questão que tem que ser tratada com alguma cautela porque estamos a falar de uma pessoa em concreto e isso tem consequências. Foi iniciado um procedimento disciplinar e pedido o apoio técnico a entidades externas devido à enorme complexidade na obtenção de provas. Essa pessoa ficou imediatamente suspensa e pediu a transferência para outro serviço, o que lhe foi concedido. A suspensão da sua atividade aqui no município é de natureza disciplinar e devido à complexidade na obtenção de prova, chegámos à conclusão que não havia grandes condições para prosseguirmos com o processo disciplinar. Foi feita a suspensão e o processo terminou com a saída voluntária da pessoa em causa.

O caso tem a ver com a utilização de equipamento informático e atividades informáticas e é de alta complexidade técnica, por isso não é tão simples como possa parecer, provar o que quer que seja. O que aconteceu foi isto, houve uma saída da pessoa durante uma suspensão disciplinar e, dado o envolvimento legal, creio que não devo falar mais sobre este assunto.

Terminadas as intervenções e após votação, a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal constante do Ponto 1.3, foi aprovada por maioria com 28 votos a favor (23 do PS, 1 da d. m. independente e 4 do PSD) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.4 - Segunda alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo para 2020, tendo em vista a introdução dos seguintes postos de trabalho:

- Unidade sem tipologia definida, dependentes do presidente da Câmara - Serviço de Informática e Telecomunicações:

- Um técnico de informática de Grau 1 que visa colmatar a falta do técnico de informática dos Serviços Municipalizados que consolidou a mobilidade na Escola Secundária Tomás de Borba.

- Unidade de Cultura e Apoio Social:

- Um assistente técnico para dar apoio logístico e administrativo que se mostre necessário ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo.

Para aprovação do órgão deliberativo nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

A alteração constante do Ponto 1.4 foi aprovada por maioria com 28 votos a favor (23 do PS, 1 da d. m. independente e 4 do PSD) e 9 abstenções (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.5 - Internalização dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea n), da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e do artigo 18.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Peço que a Assembleia aprecie também em simultâneo os Pontos 1.5 e 1.6 por se tratar de duas expressões da mesma realidade.

Os Serviços Municipalizados foram criados há cerca de 90 anos, inicialmente para produção e distribuição de eletricidade e nos anos 50 assumiram funções na área do saneamento. Em 2013 uma alteração legislativa deixou de permitir a existência de um conselho de administração diferente da Câmara Municipal na gestão dos SMAH e os vereadores em funções na Câmara passaram a ser simultaneamente os administradores destes serviços, o que resulta numa duplicação de funções que não traz qualquer vantagem para o funcionamento dos SMAH nem para a prestação do serviço ao público, razão pela qual se iniciou um processo de convergência dos serviços dependentes da Câmara e dos SMAH no sentido da sua internalização. O passo que agora se dá corresponde à extinção do conselho de administração e o segundo ponto implica a extinção de um lugar de chefia, o cargo de administrador delegado, passando-se de nove para oito.

O quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados mantém integralmente as suas funções e apenas desaparece aqui a sobreposição de funções em áreas administrativas, nomeadamente nas questões da contratação pública que, numa boa parte, funciona já em conjunto com o município. O que se pretende é a integração total dos serviços similares, mantendo-se as funções operativas, ou seja, a divisão de águas e dos resíduos no cumprimento das suas funções sem qualquer alteração. Nada disto terá qualquer efeito sobre os trabalhadores que pertencem já ao município.

Numa próxima sessão da Assembleia far-se-á a aprovação de um quadro único em substituição do quadro atual que comporta duas divisões. A partir do dia 1 de julho passaremos a ter uma gestão integrada dos dois orçamentos e no ano que vem teremos um orçamento único para o município, o que nos poupará a realização da consolidação de contas em abril. Com o desaparecimento dessa figura, pouparemos todas as despesas com licenças de informática, revisores de contas e com tudo o resto que tem sido feito em duplicado. Esta internalização permite também uma consolidação da gestão do património do município, já que os Serviços Municipalizados na sua atual configuração não têm património próprio e utilizam o que é cedido pelo município.

Do ponto de vista do funcionamento prático nada se altera, até porque não existe desde há uns tempos, a nomeação de administrador delegado porque se estava já a proceder a esta alteração. De acordo com a empresa de consultadoria que foi contratada, nos próximos cinco anos deveremos poupar cerca de três milhões de euros, o que nos permitirá manter inalterados os preços da água e dos resíduos ao longo dos próximos anos com grandes vantagens para os munícipes deste concelho.

Sr. d. m. Carlos Ormonde – Congratulo-me com esta medida que me parece um ato de boa gestão e, tanto quanto me foi dado saber, mantêm-se acautelados os direitos e regalias dos trabalhadores. O ser humano prende-se a hábitos e rotinas mas haverá um período de adaptação e estamos certos que o funcionário que estava habituado a trabalhar no local A, adaptar-se-á com facilidade às suas novas funções no local B.

O tal estudo de enquadramento de que o senhor presidente fala, não aponta desvantagens significativas e uma redução de custos na ordem dos 600 mil euros por ano é bastante benéfica numa altura em que a Câmara teve outras situações exigentes do ponto de vista financeiro. O município deve avançar com esta medida que merece ser apoiada.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O PSD vai votar favoravelmente esta internalização dos Serviços Municipalizados pelos argumentos aqui apresentados, nomeadamente nos ganhos de eficácia e poupança financeira. Isto vem na sequência da extinção das empresas municipais porque deixou de fazer sentido a forma jurídico administrativa e financeira em que funcionavam. Contraíam dívida e desenvolviam operações financeiras com custos, ficando de fora do perímetro orçamental dos documentos das câmaras municipais que eram discutidos nas assembleias municipais, isto para não viajar para outros temas de outras empresas municipais já discutidos nesta Assembleia. No entanto, dada a função e especificidade das tarefas que lhe estavam cometidas, estas situações não se verificavam nos Serviços Municipalizados.

Através da poupança financeira, isto vai acomodar a perda de receita fruto da não cobrança de IMI nos centros históricos classificados, um tema que discutiremos mais adiante. Em nome da coerência absoluta, o PSD vai votar a favor desta internalização.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.5 foi aprovado por unanimidade.

1.6 - Modelo de estrutura orgânica dos serviços do município de Angra do Heroísmo nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de outubro. Para aprovação do órgão deliberativo.

O documento foi aprovado por maioria com 34 votos a favor (23 do PS, 10 do PSD e 1 da d. m. independente) e 2 abstenções do CDS-PP.

1.7 - Ofício da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, solicitando que se delibere sobre a necessidade de avançar com a execução do contrato para a realização da obra referente à empreitada de reconstrução da Igreja das Concecionistas, respetiva sacristia e arranjos exteriores com vista ao levantamento do efeito suspensivo do concurso público. Para deliberação do órgão deliberativo quanto ao interesse da obra em causa.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Tendo interesse direto por ser presidente do conselho fiscal da Santa Casa da Misericórdia, informo que não participarei na discussão nem na votação deste ponto.

Sr. presidente da Câmara – A Santa Casa da Misericórdia desenvolveu o procedimento do concurso para a empreitada mas infelizmente o assunto desembocou num conflito que está a ser dirimido pela via judicial. A Santa Casa, em ofício que é do vosso conhecimento, solicitou à Câmara que apresentasse à Assembleia Municipal uma deliberação sobre a necessidade de avançar com a execução do contrato, com o qual estamos todos de acordo, embora não nos caiba dirimir a questão judicial.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Em termos jurídicos e legais, esta deliberação é perfeitamente inconsequente, não é?

Sr. presidente da Câmara – É inócua.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Isto é um pouco como aquele ministro que um dia disse que o PREIT valia zero. Isto é basicamente a mesma coisa.

Sr. presidente da Câmara – Estamos a falar num apoio de natureza moral.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Julgo que todos somos unânimes em querer ajudar a Santa Casa da Misericórdia no sentido de se recuperar aquele património o mais rapidamente possível. No entanto, e para que fique bem clara esta salvaguarda, pergunto o seguinte: não estamos a falar de uma instituição de direito privado que poderia contratar a empresa que quisesse para fazer a obra? Ou seria obrigatório um concurso?...

Sr. presidente da Câmara – É obrigatório um concurso quando o financiamento da obra tem origem pública num valor superior a 50%.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Estou esclarecido, senhor presidente. Muito obrigado.

Sra. d. m. Brites Cunha – Juridicamente falando, o assunto é absolutamente inócuo, mas eu não poderia deixar de fazer esta referência sob pena de andarmos aqui a brincar com coisas sem qualquer resultado prático. Mesmo assim, estamos solidários com a Santa Casa e havemos de lhes fazer a vontade.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, considerar do maior interesse, avançar com a execução do contrato. O senhor deputado municipal Nuno Melo Alves ausentou-se da sessão no momento da discussão e votação deste assunto por se encontrar impedido nos termos do artigo 69.º do CPA (Código do Procedimento Administrativo).

1.8 - Relatório de avaliação do grau de observância do Estatuto do Direito de Oposição relativo ao ano de 2019. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – É uma obrigação legal a apresentação deste relatório.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.8.

1.9 - Relatório de informação semestral da “Santos Vaz, Trigo de Morais & Associados”. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.9.

1.10 - Relatório anual de atividades e avaliação de 2019 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Chamo a atenção da Assembleia para este relatório que tem a ver com uma temática importante para este concelho. Apesar de melhorias nalguns indicadores, continuamos com uma situação muito longe do desejável. Os dados constam do relatório que está na vossa posse.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Do documento que foi distribuído aos deputados desta Assembleia consta apenas um conjunto de mapas e não existe um relatório com algum tipo de avaliação, juízo ou qualquer comparação com anos anteriores. Estão ali os mapas com os números um bocadinho à solta, o que nos obriga a um exercício difícil de análise, e o relatório não apresenta conclusões ou uma avaliação por parte da entidade que o elaborou. Não existe uma crítica por parte da própria CPCJ aos dados que constam daqueles quadros mas não nos inibimos de a fazer e de refletir, tendo em conta também o que o senhor presidente da Câmara acabou de nos dizer.

Aqueles números, sendo eventualmente, menos maus do que os do ano passado, revelam um conjunto de indicadores sociais muito preocupantes, o que nos obriga a refletir acerca de um conjunto de políticas de apoio social que temos em vigor, com defeitos e virtudes que merecem ser escalpelizados, e não podemos fazer de conta que é muito difícil de definir o ponto de separação entre os apoios aos mais carenciados e as medidas de obrigação ou de caráter repressivo e punitivo.

Julgamos que talvez se tenha caminhado em demasia para as medidas de caráter integrativo e de apoio porque, muitas das vezes, o dinheiro que é destinado à boa causa de melhorar as condições de vida das pessoas desfavorecidas, serve apenas para ser colocado em cima de um problema. Em muitos casos, mais do que a financeira, a pobreza é de espírito, por isso a coisa

não vai lá com mais dinheiro no bolso ou com apoios materiais ou institucionais de vária ordem. Às vezes o problema reside nos comportamentos e nos raciocínios simples e só há mudanças se houver consequências. Talvez deva citar os testes de Pavlov, sendo que, deve haver um reforço positivo para as boas ações e a intensificação de alguns reforços negativos perante comportamentos menos bons e algumas reincidências que se arrastam.

Há casos perfeitamente identificados em famílias que são sempre as mesmas. Vamos já na terceira geração de beneficiários de apoios sociais, temos famílias inteiras que nunca viram o pai, a mãe, o avô ou a avó a trabalhar e é preciso saber porque é que as pessoas não saem deste ciclo de carência e de apoio. Reservando também a mim e à minha própria bancada o sentido crítico de muitas dessas políticas sociais, julgo que temos o dever de dar a mão mas também a devemos largar de quem não quer ser ajudado e, se for preciso, dar um empurrão a quem tem que se mexer.

Julgo que está na altura de ser feita uma avaliação deste modelo de políticas de apoios sociais que leva mais de vinte anos porque já vamos na terceira geração de beneficiários de apoios sociais, de habitação social e das prestações mais variadas a esta franja da população do concelho que vai continuar a ser carenciada, simplesmente porque tem apoios.

Em vez de nos orgulharmos da quantidade de apoios, da possibilidade que temos de ajudar quem precisa e de, cada vez fazermos mais e melhor, deveríamos regozijar-nos em fazer crescer o número dos que deixam de precisar desses apoios, por mais que os mesmos estejam disponíveis numa sociedade dita civilizada como a nossa. Os números que vemos neste relatório são graves e devem merecer de nós uma preocupação cada vez mais profunda.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Esta é uma área que me é especialmente próxima, dada a minha formação. Concordo com o senhor deputado Luís Rendeiro quando diz que os valores que nos foram disponibilizados não apresentam dados comparativos e só podemos fazer uma análise séria da informação se conhecermos a sua evolução ao longo do tempo. No entanto, pedimos uma reunião com o senhor presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que nos deu conta que esses números estão trabalhados de uma forma longitudinal, ou seja, há dados registados entre 2012 e 2019 que têm sido apresentados sempre que é promovido pela comissão regional o encontro entre as entidades com competência nas áreas da saúde, da educação e da segurança social e os representantes da comissão restrita e alargada. Na perspetiva da comissão, estão identificados vários aspetos que terão que ser seriamente abordados e trabalhados pelas várias instâncias. Como esta Assembleia tem dois representantes nessa comissão, porque não convidá-los a apresentarem aqui esses dados de forma longitudinal?

Nesta informação que foi recolhida podemos verificar que houve um decréscimo entre 2018 e 2019 que se torna relevante nos processos reabertos e na questão das reincidências e há também um dado importante que tem a ver com a faixa etária em que ocorre a maior parte destas situações. Muitos destes casos provêm de famílias com recursos económicos e sociais mais frágeis, mas há cada vez mais situações ligadas a famílias, económica e socialmente médias ou altas.

As comissões começam a deparar-se também com novos problemas de jovens e adolescentes com perturbações do foro mental e verifica-se uma ausência de resposta a nível de ilha no acompanhamento e tratamento destes casos. Tem havido alertas para estas situações, que são crescentes e graves, mas não devemos associar estes números apenas à questão da pobreza. Há problemas que são transversais a todas as famílias, sendo certo que, hoje em dia, é cada vez mais difícil lidar com essas questões de educação nas famílias mais frágeis e com menos recursos e competências pessoais e sociais.

As crianças abrangidas pelo regime educativo especial requerem a nossa particular atenção como o podem comprovar alguns especialistas aqui presentes, assim como o senhor presidente

da Câmara que, durante muitos anos, tutelou esta pasta no Governo Regional. Trata-se de uma situação que tem vindo a crescer e exige da parte das escolas e das famílias, um acompanhamento muito bem articulado e integrado que, na minha opinião, não está a ser bem conseguido. Há muito trabalho a fazer nessa área, cada caso sinalizado deve ser trabalhado de forma continuada e intensa e concordo inteiramente com o senhor deputado Luís Rendeiro quando diz que esta é uma responsabilidade que deve ser partilhada por todos.

Independente das políticas - sendo as mais ou menos adequadas - as IPSS's, os professores, os técnicos do terreno, da ação social e do emprego, os cidadãos que trabalham nestas áreas e todos nós, temos a responsabilidade de fazer o nosso melhor, tendo sempre em conta o aumento constante da complexidade social.

Vi um debate na RTP3 com grandes cientistas que discutiam a influência das novas tecnologias e a entrada em massa do uso do acesso à comunicação que veio alterar grandemente a vida dos jovens com influências nos comportamentos e nas doenças psíquicas, mudando também o comportamento dos pais que levam às consequentes alterações no modo de vida familiar.

Estamos unânimes em acompanhar de perto esta evolução. Pedindo à comissão para que esses dados sejam aqui apresentados, vai-se perceber que os números têm diminuído mas há situações complexas que requerem maior atenção e uma proximidade de intervenção muito séria e integrada.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Convicto de que serão muitas as questões que nos unem na abordagem destes problemas, devemos ter a capacidade de assumir que a continuação das mesmas políticas e a atribuição do mesmo tipo de ajudas ao fim de um certo tempo, levam-nos invariavelmente à obtenção dos mesmos resultados. Não devemos fazer de conta que estas situações não estão mais direcionadas para as zonas de maiores focos de pobreza e não esquecemos também os restantes casos que são uma exceção porque a condição sócio económica ajuda a resolver alguns problemas.

Há, de facto, um aumento da incidência dos problemas psíquicos e nesta casa já nos temos debruçado acerca da problemática da toxicodependência. Quem está ligado às instituições de saúde sabe perfeitamente que disparou o aumento de surtos psicóticos nas urgências dos hospitais, fruto do consumo de substâncias estupefacientes, o que cria um reflexo direto e brutal no seio das famílias, agravando os problemas com os menores.

Temos que perceber que o ciclo da pobreza só se quebra com o crescimento económico e o consequente aumento do emprego e, de forma mais direta, através do investimento nas escolas e na educação. Vivemos um período em que, perante a falta de autoridade no seio das famílias devido à sua desestruturação, perdeu-se também a autoridade dos professores e da comunidade escolar. As crianças, os jovens e as suas famílias vivem os problemas que, por diversas vezes, aqui temos discutido e não há quem balize os comportamentos porque a autoridade foi retirada; na escola mandava o professor e hoje em dia não há autoridade na escola nem em casa. Anda-se «sem rei nem roque».

Quanto à situação económica e aos apoios que toda a gente tem, sei que as generalizações são perigosas mas, em muitos casos, o jovem que está sinalizado e tem problemas, não tem manual escolar mas tem um *smartphone*. Talvez tenhamos que perceber que não resolvemos estes problemas com maior injeção de dinheiro no sistema e isto leva-nos a refletir e a mudar completamente a abordagem a estas situações.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Volto a lembrar que devemos ter cuidado na análise dos comportamentos destes pais. O senhor deputado abordou a questão da instabilidade dos núcleos familiares de origem mas existem também os casos de separação de casais novos, os segundos, terceiros e quartos casamentos ou uniões de facto, os segundos e terceiros companheiros, ou seja, um conjunto fortíssimo de fatores sociais que estão na origem da falta de valores e regras,

e essa falta de disciplina nas escolas começa por faltar primeiro em casa por culpa dos próprios pais que, por vezes, se demitem desse dever.

A Segurança Social lançou um programa de competências parentais que, segundo a própria comissão, está desajustado do nível das famílias que mais carecem. Esse programa, que pressupõe um nível de requisitos para que estas famílias integrem este plano de formação, terá que ser revisto e direcionado para famílias com menores competências.

A informação que a comissão nos fez chegar é aquela que é oficial e solicitada a nível nacional pelo que, como já sugeri, os outros dados terão que ser apresentados aqui pelos representantes da Assembleia Municipal ou pelo seu presidente que se tem mostrado disponível e está seriamente preocupado e empenhado neste trabalho. Infelizmente, a comissão toma conhecimento numa fase bastante tardia e dura da intervenção e as situações devem ser prevenidas em instâncias anteriores.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, além de todos estes aspetos mais profundos de problemática social, recebe também relatórios de um conjunto de outras situações relacionadas com consumos de drogas ou álcool. A nova legislação aumentou e bem, a idade mínima permitida para a compra de álcool de 16 para 18 anos - o que deveria ter acontecido há mais tempo aqui na região que era a exceção no país - e prevê que os jovens encontrados alcoolizados sejam encaminhados para esta comissão. Se a lei fosse cumprida à letra, ao serem sinalizados todos os jovens menores de 18 anos encontrados a consumir álcool na Rua da Sé num sábado de carnaval à noite, por exemplo, a CPCJ teria 500 ou 600 casos para analisar.

É preciso olhar para isto com alguma frieza e reconhecer o excesso de carga colocado nestas comissões porque, se fossem sinalizados todos os casos, incluindo o que acabei de referir, nem com a colaboração de todos os funcionários da Câmara, aquela comissão conseguiria dar conta do recado.

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.10.

1.11 - Ofício da Câmara Municipal do Rio de Janeiro a comunicar a aprovação da geminação com Angra do Heroísmo. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – A câmara municipal do Rio de Janeiro aprovou sob a forma de lei a inclusão de Angra do Heroísmo na sua lista de cidades geminadas. Esta é uma inclusão honrosa, já que não é fácil ser admitido nesse clube, por isso acho que estamos de parabéns e vamos dar corpo a esta geminação e fazer com que a relação com o Rio de Janeiro seja mais próxima.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Quero manifestar o desejo de que esta geminação e todos os seus predicados não se traduzam em mais uma moldura colocada naquela parede ali fora onde se esgotam algumas das nossas geminações. O que o PSD pretende é que estas geminações deem frutos e sejam mais abrangentes do que um simples intercâmbio cultural com umas visitas lá e cá. Se houver um retorno económico e ao nível do investimento, tanto melhor, sobretudo dos grandes para os mais pequeninos que é aquilo que a gente precisa. Para festejar esta, quase união de sangue, porque não, senhor deputado João Santos, a existência já nas próximas Sanjoaninas de uma noite dedicada ao carnaval do Brasil? Se já tivemos desfiles alusivos à nossa diáspora africana, aproveitando as temperaturas mais agradáveis de junho, poderíamos ter também um desfile dedicado a esta nossa geminação com o Rio de Janeiro com um curso carnavalesco carioca a desfilar pela Rua da Sé.

Sr. presidente da Mesa – Já que estamos numa de sugestões, porque não, fazer a próxima reunião da Assembleia Municipal no Rio de Janeiro?

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ofício constante do Ponto 1.11.

1.12 - Relatório de contas do terceiro trimestre de 2019, da TERAMB, EM. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – Por questões de calendário, infelizmente estes relatórios chegam sempre um bocadinho a destempo. Temos perante nós o relatório do terceiro trimestre e a devido tempo cá chegará o relatório anual do funcionamento da TERAMB com uns lucros muito razoáveis. Este ano correu extremamente bem porque se recuperou todo o investimento feito em anos anteriores e só espero que os resultados do ano 2020 sejam, pelo menos, metade dos verificados em 2019.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Perante estas boas notícias que todos desejamos relativamente à situação financeira e lucrativa da TERAMB, pergunto como a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e a sua parceira, Câmara Municipal da Praia da Vitória, preveem reinvestir os lucros obtidos com o funcionamento daquela empresa, tendo em conta que a mesma precisa de atualização, reinvestimento e manutenção e vão aparecendo novas necessidades, fruto do aumento da consciência ambiental e também da limitação do nosso espaço geográfico. Gostaríamos assim de saber como é que os dois acionistas tencionam aplicar os dividendos obtidos pela atividade lucrativa da TERAMB.

Sr. presidente da Câmara – Só podemos responder pelo acionista Câmara Municipal de Angra que pretende aplicar integralmente todos os lucros na própria TERAMB, até porque estamos em vias de negociação da abertura de uma nova atividade que tem a ver com a retoma dos plásticos agrícolas, o que implicará algum grau de investimento. Não pretendemos retirar qualquer lucro e tencionamos aplicar totalmente em investimento na empresa, o dividendo que nos cabe.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito obrigado mas a pergunta mantém-se, uma vez que a Câmara de Angra não decide sozinha sobre os investimentos que faz na TERAMB. Agora que há lucros, gostaria de saber se a Câmara Municipal da Praia acompanha e como irá utilizar a sua parte, sabendo que, por vezes, tem havido algumas dificuldades por parte daquele município irmão em cumprir com a sua parte das obrigações. Julgo que o senhor presidente da Câmara não cometerá nenhuma inconfidência ao prestar esta informação à Assembleia Municipal, uma vez que a Câmara de Angra está representada no conselho de administração da TERAMB.

Sr. presidente da Câmara – Estou informado de que o município da Praia da Vitória também não retirará dividendos.

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório de contas da TERAMB referente ao terceiro trimestre de 2019, constante do Ponto 1.12.

1.13 - Ofício dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, informando da aquisição de serviços de levantamento cadastral de infraestruturas de distribuição de água e de drenagem de águas residuais. Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – A Assembleia autorizou estes contratos genericamente mas, por um lapso nosso, essa norma não foi incluída no orçamento dos Serviços Municipalizados que devem comunicar todos os contratos que passam para além do dia 31 de dezembro, mesmo que se trate de quantias muito pequenas como é o caso. É uma comunicação que visa dar

cumprimento à lei e será corrigida no próximo orçamento através da inclusão da respetiva norma.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ofício constante do Ponto 1.13.

1.14 - Ofício dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo informando do ajuste direto simplificado destinado à aquisição de serviços para receção de RCD's (Resíduos de Construção e Demolição) em aterro licenciado (2020-2022). Para conhecimento do órgão deliberativo.

Sr. presidente da Câmara – O aterro municipal não deve receber entulhos e quando as juntas de freguesia ou os privados os deixam no aterro ou junto aos contentores, os Serviços Municipalizados recolhem-nos e pagam a aterros licenciados para os receberem. Trata-se de uma quantia muito pequena e esta é uma autorização para que os SMAH paguem a terceiros a receção e deposição dos entulhos que, por alguma razão, venham parar à sua posse.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ofício constante do Ponto 1.14.

1.15 - Ofício dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo informando do ajuste direto para a aquisição de serviços de medicina do trabalho (2020-2022) em agrupamento de entidades: Município de Angra do Heroísmo e Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ofício constante do Ponto 1.15.

1.16 - Ofício dos Serviços Municipalizados no sentido de informar do ajuste direto para a aquisição de dissolvente de gorduras biológico Bioplus SM II (2020-2022). Para conhecimento do órgão deliberativo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ofício constante do Ponto 1.16.

2. DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 - Designação de dois representantes no Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha Terceira.

Após votação por escrutínio secreto, foram designados por maioria os seguintes representantes da Assembleia Municipal:

- Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.
- Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

3. DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

3.1 - Voto de Louvor do Partido Social Democrata às empresas sediadas no concelho de Angra do Heroísmo por terem sido classificadas pelo IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação), como empresas de estatuto de PME Líder 2019. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Délio Borges – Pretendemos com este voto expressar o nosso contentamento pela obtenção de uma distinção por parte de um conjunto de empresas sediadas no nosso concelho, algo que se torna cada vez mais importante no mundo competitivo em que vivemos. Não nos devemos esquecer que fazemos parte de uma região arquipelágica onde não é fácil desenvolver

uma atividade económica com o cumprimento de determinados requisitos exigidos pelo IAPMEI a nível nacional. Passo a ler o Voto de Louvor:

«Voto de Louvor às empresas de Angra do Heroísmo classificadas pelo IAPMEI, (Agência para a Competitividade e Inovação), como empresas com o estatuto PME Líder 2019.

O IAPMEI distingue anualmente micro, pequenas e médias empresas com o estatuto de PME Líder. Este estatuto foi criado pelo IAPMEI em 2008. A iniciativa nasceu no âmbito do programa FINCRESCER e tem como missão, distinguir empresas que se destaquem no mercado pelo seu desempenho exemplar.

Ao atribuir às empresas o estatuto de PME Líder, o IAPMEI proporciona-lhes um acesso facilitado ao financiamento, contribuindo assim para o reforço das estratégias de crescimento e para a sua capacidade competitiva.

São distinguidas com este galardão as empresas que demonstrem prosseguir estratégias de crescimento e de reforço da sua base competitiva e possuam elevados níveis de desempenho e solidez financeira.

As empresas com este estatuto possuem a situação regularizada perante a Autoridade Tributária, a Segurança Social, o IAPMEI e o Turismo de Portugal. Nesta lista de elite constam 30 empresas da ilha Terceira, sendo 21 sediadas no concelho de Angra do Heroísmo.

Expressamos o nosso reconhecimento pelo mérito destas empresas que operam no mercado insular e ultraperiférico, desenvolvem a sua atividade muito para além das fronteiras do nosso concelho e contribuem para a criação de emprego e riqueza. Essas empresas são:

Construtora Ideal da Terceira, SA / Empresa de Viação Terceirense, Lda. / Escritório Digital - Representações, Lda. / Estraga Ferro - Serralharia, Unipessoal Lda. / Farmácia Menezes, Lda. / Farmácia Vasconcelos / Gold Evolution, Lda. / J. Aurora - Equipamentos Industriais, Lda. / João Borges Lima Aguiar, Lda. / Loureiro Almeida & Filhos, Lda. / Luís & Miguel - Construção Civil, Lda. / Luízes Representações, Lda. / Paulo Aguiar, Unipessoal Lda. / Pomar da Ilha - Comércio de Frutas e Legumes, Lda. / Romeiro & Martins, Lda. / Sotran - Soc. Transportadora Angrense, Lda. / Terauto - Sociedade Terceirense de Automóveis, Lda. / Terceira Farma - Comércio e Indústria de Produtos Químicos, Lda. / Transjet - Construções e Transportes, Lda. / Wu e Yang, Lda. / Vitória Tráfego - Agência de Navegação e Trânsitos, Lda.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo um Voto de Louvor, reconhecendo o papel destas empresas na nossa economia. Do presente voto, deverá ser dado conhecimento a cada uma das empresas, bem como à Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.»

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Louvor constante do Ponto 3.1 foi aprovado por unanimidade.

3.2 - Voto de Protesto do Partido Social Democrata contra a subida da taxa do IVA de 4 para 18% nos espetáculos taurinos. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Délio Borges – Este Voto de Protesto, do qual gostaríamos de obter a aprovação unânime desta Assembleia, pretende alertar para aquilo que constitui mais um ataque à tauromaquia e aos cidadãos aficionados. Não tenhamos dúvidas de que este é o primeiro de vários ataques porque isto não vai ficar por aqui, e tenho pena que, partidos com bastante responsabilidade, estejam a ser pressionados por franjas mais radicais da população. Passo a ler o Voto de Protesto relativo à subida da taxa de IVA de 4 para 18% nos espetáculos taurinos:

«Considerando que, no início deste mês de fevereiro e no âmbito do Orçamento de Estado para 2020, a Assembleia da República aprovou a subida da taxa mínima para máxima no que respeita ao IVA dos bilhetes para as touradas.

O PS, o Bloco de Esquerda e o PAN votaram favoravelmente esta subida que teve os votos contra do PCP, do PSD, do CDS-PP e do CHEGA e a abstenção da Iniciativa Liberal. Assim, o Estado português definiu um imposto para todos os espetáculos culturais e um outro para o espetáculo tauromáquico, dizendo aos aficionados: “Façam-no mas paguem por isso.”

A tauromaquia é considerada parte integrante da cultura popular portuguesa. Os governos central e local têm a obrigação constitucional de promover o acesso de todos os cidadãos à cultura e a sua salvaguarda, sendo o direito à cultura, um direito fundamental. Assim, impedir ou proibir manifestações culturais, é uma violação da constituição.

Angra do Heroísmo é um concelho de aficionados e defensores da tauromaquia e nele está sediada a praça de touros da ilha Terceira onde decorrem anualmente diversas corridas de touros.

Considerando esta discriminação negativa para com este espetáculo, existirá claramente um impacto negativo para os promotores e todos os aficionados pagantes. Vejamos este exemplo: uma corrida de touros na nossa praça com os seus 4 684 lugares preenchidos e tendo em conta o valor da bilheteira do ano passado, arrecada cerca de 125 mil euros de receita bruta. Se, até 2019, a receita de IVA de uma tourada correspondia a cerca de 5 000,00 €, a partir deste ano representará 22 500,00 €. “Paguem e paguem bem.”

Consideramos que esta decisão está contaminada por uma pseudo superioridade moral e constitui uma perseguição aos cidadãos portugueses aficionados, a qual deveremos estar preparados para combater sob pena de acontecerem outros ataques à festa brava.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo um Voto de Protesto. Do presente voto, deverá dar-se conhecimento ao Governo da República, ao Governo Regional dos Açores, às duas câmaras municipais da ilha Terceira e à Tertúlia Tauromáquica Terceirense.»

Sra. d. m. Brites Cunha – Por todos os motivos já explanados, é óbvio que o CDS-PP se vai associar a este Voto de Protesto e pedimos que, dele seja dado conhecimento a todos os partidos com assento na Assembleia Legislativa Regional dos Açores porque é importante a militância de todos como referiu há pouco e bem, o senhor presidente da Câmara.

Espero estar redondamente enganada mas devo dizer que tenho muito pouca confiança porque o senhor vice-presidente do Partido Socialista veio dizer num programa de debate transmitido ao sábado de manhã na RDP Antena 1 Açores...

Sr. d. m. Luís Rendeiro – O senhor vice-presidente do grupo parlamentar, o senhor deputado José San-Bento? É só para que fique em ata.

Sra. d. m. Brites Cunha – O senhor deputado José San-Bento veio dizer que tinha que se respeitar a vontade do parlamento que é soberano. Para umas coisas é preciso estabilidade nas deliberações e para outras tem que se repetir votações até à exaustão para se mudar o paradigma e conseguir os objetivos pretendidos que é agradar a partidos extremistas de PAN's e companhia. Muito democraticamente e de acordo com as linhas do seu partido, o senhor deputado José San-Bento disse que é preciso respeitar o parlamento porque a maioria dos deputados do Partido Socialista considera que a tauromaquia não é cultura. Isto não depende da vontade dos senhores deputados, a tauromaquia é cultura, isto está legislado e tem que ser respeitado.

O que está aqui em causa é precisamente uma superioridade moral e uma discriminação ultrajante, por isso subscrevemos com muito gosto e vamos votar favoravelmente este Voto de Protesto.

Sr. d. m. Décio Santos – Muito boa tarde senhor presidente e restantes membros da Mesa, Exma. Câmara, caríssimos colegas. É com toda a convicção que nos associamos e vamos votar favoravelmente este Voto de Protesto no sentido de o aprovar. Vemos com enorme preocupação esta tomada de decisão da Assembleia da República, que temos que respeitar, mas com a qual não concordamos de forma alguma.

Infelizmente, vivemos num tempo de ditadura de minorias que normalmente resulta em extremismos, há quem se farte de tudo isto e depois não queira saber das minorias para nada. Isso dá aso a este tipo de decisões e a retrocessos civilizacionais graves, coisa que vamos vendo por esses países fora nos vários continentes. Gostaria de partilhar convosco esta preocupação e não tenhamos dúvidas de que, a partir de agora, a tauromaquia estará cada vez mais sob ataque.

Ouvi num dos poucos programas de debate político num canal português, precisamente no dia em que foi debatida e aprovada na Assembleia da República a despenalização da eutanásia, um dos intervenientes dizer: «Já despenalizámos a IVG, permitimos casamentos entre pessoas do mesmo sexo, já despenalizámos a eutanásia e só falta acabar com a tauromaquia e com as touradas em Portugal. Aí sim, atingiremos o pleno.» Esta é uma matéria identitária que requer a união de todos nós e do país em geral e nós vamos naturalmente contribuir para esta união.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Começo por saudar a posição da bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal mas faço-o sem qualquer tipo de entusiasmo excessivo porque a situação é muito complexa. Sem querer fulanizar ou direcionar muito as coisas, como os mandatos são individuais, lembro que a deputada do Partido Socialista da ilha Terceira votou a favor disto; é incontornável, aconteceu e por muito que se justifique, está feito.

Parece-me muito perigoso que se remeta para o todo da Assembleia Legislativa Regional, uma questão com um berço geográfico muito específico, porque estão lá representados 57 deputados oriundos das nove ilhas dos Açores. A Terceira tem dez, a ilha de S. Jorge é representada por três e a Graciosa tem quatro deputados na ALR. Estas são as ilhas onde a tauromaquia está mais entranhada no saber e no viver das populações mas, infelizmente, isto não chega.

Barrancos, uma pequena comunidade no interior do país, não permitiu que ninguém de fora lhes dissesse como festejar e viver a sua cultura com as suas tradições. Não estou a defender o que por lá se faz, mas admiro os barranquinhos por definirem quem são, como são e o que devem fazer. Não devemos passar a outros uma identidade e responsabilidade que são nossas e claramente diferentes da realidade dos açorianos de outras ilhas. Isto é muito complicado porque já aconteceu.

Por lá estar, assim como outros daqui que lá estiveram, sei como funciona a Assembleia Legislativa Regional. Nos outros partidos, assim como no meu, tendo em conta a falta de sensibilidade devido às raízes culturais, às convivências e à maneira como crescemos e somos educados, a perceção do que é uma tourada e o fazer bem ou mal a um animal, está muito enviesada pelo desconhecimento e pela ignorância.

É preciso ser justo e reconhecer também a existência de más práticas por parte de alguns taurinos que não têm ajudado em defesa da festa brava, da boa tauromaquia e da boa cultura que temos que preservar. Isto não é só uma crítica aos anti-taurinos, é-o também a muitos ditos taurinos que talvez tenham até dado os maiores argumentos aos anti-taurinos para criticarem a nossa forma de estar e de viver.

Tendo em conta a matriz identitária da nossa cultura taurina, a ilha Terceira, começando pelo poder local que é o mais próximo das populações, não deve abrir mão da sua capacidade de dizer: «Não! Aqui em Angra e na Terceira é diferente e será como a gente quer.»

Contrariamente ao que disse o vice-presidente do grupo parlamentar do Partido Socialista num programa de rádio que vale o que vale, não devemos remeter isto para as competências e poderes da Assembleia Legislativa Regional dos Açores que tem 57 deputados e os que representam as ilhas onde há touros não chegam para fazerem valer a sua identidade. Não devemos deixar perder uma característica que é nossa porque depois só faltará retirar os touros e o lema «antes morrer livres do que em paz sujeitos» do brasão de armas da autonomia regional.

Sr. d. m. Décio Santos – Se esta questão, que é tão sensível nos dias que correm, pudesse resumir-se a posições partidárias, poderíamos esperar a sua resolução de uma forma relativamente esperançosa mas, como disse o senhor deputado Luís Rendeiro, ela divide partidos e ideologias e não é possível atribuir um determinado sentido de voto ao partido A ou ao partido B.

Como já salientámos, não temos orgulho na decisão que foi tomada na Assembleia da República e esperávamos que fosse mais fácil obter na Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma posição favorável em defesa das touradas, mas já percebemos que assim não é. Esta matéria não se pode simplificar pela vontade dos partidos e a situação tem que ser vista com mais alguma complexidade.

O segredo para que possamos fazer singrar o objetivo de preservar algo que nos é tão caro e de um valor fundamental para a nossa identidade, passa pela nossa capacidade de trilhar esta matéria fora do âmbito dos partidos numa perspetiva de jogo político puro e duro. Não tenho assento na ALR e sobre ela não posso falar mas, como referiu o senhor presidente da Câmara, ficamos à espera dos bons ofícios do senhor deputado Luís Rendeiro que lá representa a ilha Terceira, apesar de reconhecer que não é um trabalho fácil.

Sr. d. m. Agostinho Pires – Muitas vezes são os próprios aficionados que criam as condições para que os radicais façam barulho. Nas nossas touradas à corda, por vezes os capinhas não respeitam o touro e isso é mau porque dá trunfos a esses radicais. Quantas vezes o animal está cansado e eles continuam a implicar com ele? Os capinhas das nossas touradas à corda deveriam ser sensibilizados para respeitarem o touro. Gostaria de chamar a atenção para, quem de direito, porque isso seria benéfico para todos os aficionados. Acho que há uma comissão que funciona nesse âmbito e deviam realizar-se reuniões com os capinhas para lhes incutir a mentalidade de respeitarem o touro.

Sr. presidente da Mesa – Tem razão. De facto, por vezes são os ditos aficionados os primeiros prevaricadores das regras que devem ser cumpridas relativamente ao bem-estar do próprio animal mas há outros abusos. Recordo um episódio decorrido há relativamente pouco tempo, em que um capinha arvorado em palerma, pegou no seu filho bebé ao colo e foi para a frente de um touro. São essas e outras situações que em nada abonam a favor da festa brava.

O Voto de Protesto constante do Ponto 3.2 foi aprovado por unanimidade.

3.3 - Recomendação do Partido Social Democrata para a instalação de bebedouros no Centro Histórico de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sra. d. m. Sandra Garcia – Boa tarde senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhoras e senhores deputados. Esta proposta tem algum sabor revivalista de regresso ao passado mas não poderia ser mais atual devido aos desafios que enfrentamos hoje em dia com os olhos postos no futuro. Vejo esta recomendação

como um bom contributo para uma boa política municipal que a Câmara tem protagonizado e da qual é bom exemplo, a utilização destas garrafas de água nesta sala em vez das habituais garrafas de plástico.

Tempos houve em que havia bebedouros em todas as cidades europeias mas foram desaparecendo devido aos ditames da modernidade do séc. XX, visto que os tratamentos da água não eram iguais aos de hoje e as pessoas começaram a optar pelas águas engarrafadas por questões de qualidade, de higiene e também pela facilidade no transporte. Entretanto tudo mudou e neste momento o plástico é um dos maiores problemas que tem que ser combatido em defesa do meio ambiente. Há fatores positivos como a reconhecida qualidade da água do concelho de Angra do Heroísmo e o facto de existirem outras garrafas que são usadas em termos pessoais e também por instituições, como estas que estão a ser utilizadas hoje aqui. Há todas as condições para voltarmos a uma medida que, embora pareça antiga resolveria alguns problemas, nomeadamente a acumulação de plásticos.

Reconheço que isto não possa ser feito de um momento para o outro mas poderiam ser instalados no centro histórico da cidade novos bebedouros que seriam umas polivalências muito interessantes com diferentes saídas de água para que possam ser utilizados por adultos, crianças, por pessoas com mobilidade reduzida e até por animais. Estas medidas têm sido adotadas em grandes capitais europeias como Roma e, recentemente Lisboa por ser a capital verde europeia, e gostaria de as ver implementadas também em Angra do Heroísmo.

Percebo que o investimento não possa ser feito de uma só vez mas parece-me preocupante que o Relvão e outros sítios de lazer, ideais para a atividade física também muito dedicada às crianças, não tenham nenhuma fonte de água. Estes novos bebedouros poderiam revelar-se uma boa solução também noutras zonas como o Fanal onde se estão a fazer grandes investimentos.

Sendo as festas Sanjoaninas deste ano dedicadas ao meio ambiente, seria a altura ideal para inaugurarmos um bebedouro destes no centro histórico de Angra e em cada uma das nossas freguesias, num investimento que poderia ser faseado com o aproveitamento de verbas provenientes de um próximo quadro comunitário de apoio.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara Municipal já tinha feito uma candidatura a respeito desta matéria que, espero, esteja aprovada. Isto já leva uns meses e estamos numa fase muito avançada de instalar os ditos bebedouros que haviam sido retirados há cerca de 20 anos por razões higiénicas. Li o relatório do senhor veterinário municipal que aponta todo o género de malefícios aos bebedouros mas acho que já ultrapassámos essa fase e os mesmos estão em vias de voltar em número razoável porque são financiados e custam mil e tal euros. Estamos pobres mas ainda não chegámos a esse limite; por isso e se tudo correr bem, eles cá estarão dentro de pouco tempo.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Concordamos com esta medida que, felizmente, está já em andamento. Os bebedouros continuam a ser usados em todo o mundo, como é o caso da cidade de Roma que tem para cima de duas mil fontes e bebedouros de água potável, fruto das canalizações construídas no tempo do império romano. Estes bebedouros funcionam lindamente e refrescam toda a cidade.

São também muito frequentes em espaços públicos de algumas cidades mais modernas da Califórnia e da Costa Leste norte americana, as bocas de água própria para consumo onde as pessoas lá vão beber e encher a sua garrafinha de alumínio ou de plástico. Julgo importante para a nossa cidade a recuperação desta medida de poupança que é também saudável para o ambiente.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Concordamos com a intervenção da doutora Sandra Garcia ao dar como exemplo as políticas que têm vindo a ser adotadas ao nível nacional e europeu. Como pudemos ver nos noticiários, já apareceram os primeiros bebedouros em Lisboa que estão

preparados para adultos e crianças e incluem um pequeno bebedouro colocado no chão para os animais de estimação. Concordamos com esta proposta e votá-la-emos favoravelmente.

*Não se verificaram mais intervenções. Posta à votação, a **Recomendação constante do Ponto 3.3 foi aprovada por unanimidade.***

4. DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

4.1 - Recomendação do CDS-PP à Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas sobre a circulação na Avenida Dacosta. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Na sessão desta Assembleia Municipal de setembro passado e logo após a sua abertura, chamámos a atenção para algumas situações que não estariam nas melhores condições naquele troço rodoviário. Visto que o senhor presidente da Câmara informou na altura que essas situações seriam possivelmente revistas após um período de testes e alguns desses pressupostos não foram ainda corrigidos, voltamos a destacá-los nesta nossa proposta por se tratar de uma questão de segurança numa zona onde o trânsito aumentou consideravelmente e onde se verifica um elevado percurso pedonal devido à escola Tomás de Borba.

Gostaria de informar também que, infelizmente, a Secretaria Regional das Obras Públicas não tem ligado nenhuma às propostas do CDS-PP e do PSD que têm sido aprovadas por unanimidade nesta Assembleia Municipal, nomeadamente a instalação de pontes pedonais ali ao pé do campo de jogos.

Foi aqui aprovada uma outra proposta do CDS-PP para que o hotel do Caracol na Silveira passasse a utilizar o espaço em frente apenas para cargas e descargas de turistas, tendo em conta que aquela rotunda é a principal entrada na cidade do lado poente e vive-se ali diariamente uma situação de trânsito desastrosa. Caso mereça aprovação por parte desta Assembleia, esperemos que esta recomendação, à semelhança das anteriores aqui aprovadas, não caia também em saco roto na Secretaria das Obras Públicas e surta a eficácia pretendida.

Sra. d. m. Sandra Garcia – Congratulo-me com esta recomendação do CDS-PP e deixo aqui um testemunho pessoal. Na dita avenida DaCosta, na interligação com a Canada dos Cinco Reis, houve um acidente em que uma viatura abalroou o muro e caiu-me no quintal. Não sei como ninguém morreu ali e só me espanta que não tenha acontecido mais cedo.

Não podemos esquecer as consequências derivadas da mudança de paradigmas e espero que se faça alguma coisa porque, aquilo que era uma estradinha de bairro em que as pessoas estavam habituadas a outro nível de circulação, transformou-se praticamente numa estrada regional e aquele cruzamento é especialmente perigoso. A segurança é uma responsabilidade de todos e devemos fazer com que as coisas melhorem. Enquanto caírem apenas muros, está tudo bem, mas a coisa começará a complicar-se quando, um dia, se tratar de uma criança ou de um idoso.

Sr. d. m. João Santos – O Partido Socialista associa-se a esta recomendação do CDS-PP e votará favoravelmente tudo o que vá no sentido de melhorar as condições de vida dos angrenses.

Embora não percebendo o enquadramento do que aqui foi dito a respeito do espaço em frente ao hotel do Caracol, aproveito para dizer que a zona da Silveira envergonha o concelho de Angra, a ilha Terceira e até os Açores porque, em termos de constrangimento de trânsito e de perigo para os peões, duvido que aconteça em algum local deste arquipélago, algo que se assemelhe à bandalheira que ali vemos. Além do que se passa em frente aos supermercados e ao hotel, há dias vi um daqueles carros pequeninos estacionado no meio da rotunda. Aquilo é

uma bandalheira e uma vergonha. Esta semana, na sua crónica «Bagas de Beladona», o Heliodoro faz a descrição de uma série de situações que são absolutamente inqualificáveis.

Estando certo que o CDS-PP o tem presente, não nos devemos esquecer da outra parte, aquela em que foi alterada a circulação de trânsito, mas a proteção para os peões é exatamente igual ao que era há uns meses. O que mudou? Não mudou nada, apenas o sentido do trânsito. Se a senhora deputada for atropelada ao sair de casa, terá a culpa que tinha há seis meses porque vai ser atropelada na faixa de rodagem.

Somos o país das meias obras, porque construímos coisas muito grandes e depois não temos dinheiro para as manter ou para pagar a conta da luz. No que toca às estradas, passa-se mais ou menos a mesma coisa; construímo-las e depois falta-nos o dinheiro para as repintar, para os elementos arquitetónicos, passeios ou outros acessórios. A única coisa que se fez em S. Carlos foi a alteração do trânsito e o resto que foi prometido estará eventualmente a demorar mais do que o desejável.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Para informar o senhor deputado João Santos que esperamos que a Secretaria de Habitação e Obras Públicas tenha mais atenção às propostas aprovadas por unanimidade nesta Assembleia Municipal, algumas relacionadas com o trânsito e o estacionamento na Silveira, especialmente junto aos bares e ao supermercado, outras referentes ao espaço em frente ao hotel do Caracol onde deveria ser proibido o estacionamento. Aquele espaço deveria ser utilizado apenas para recolha e largada de passageiros pelos autocarros de turismo e por vezes criam-se ali engarrafamentos até bem perto dos semáforos da Canada Nova. Essas propostas foram dirigidas às Secretarias Regionais das Obras Públicas e do Turismo que nada fizeram em relação a estas matérias nos últimos dois anos, por isso trouxe aqui o assunto novamente.

Sr. d. m. João Santos – Esse espaço de estacionamento não está reservado ao hotel? Talvez a solução passe por uma conversa com a administração do hotel ou através da PSP. Se aquele espaço é gerido pelo hotel, talvez haja uma solução fácil: retirem dali os carros e utilizem-no para os autocarros sob pena de os mesmos serem multados por pararem na via pública em frente ao hotel.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – Com as recomendações anteriormente aprovadas por esta Assembleia pretendia-se que as respetivas secretarias do Governo Regional desenvolvessem esforços junto do referido hotel ou impusessem algum tipo de proibição. Penso que as coisas não serão assim tão difíceis de resolver com algum bom senso, até porque teremos brevemente um parque de estacionamento naquela zona de apoio à Silveira que facilitará também os serviços do hotel. Se o parque tiver a iluminação adequada, os turistas que derem entrada no hotel à noite sentir-se-ão ainda mais seguros.

Terminadas as intervenções, passou-se à votação. A recomendação constante do Ponto 4.1 foi aprovada por unanimidade.

5 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA

5.1 - Voto de Protesto do Partido Socialista pela isenção do IMI (Imposto Municipal de Imóveis) no Centro Histórico de Angra do Heroísmo. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sr. d. m. Décio Santos – Como há pouco referi, respeitamos o que emana da Assembleia da República mas não significa que, com ela concordemos. Este voto, cujo teor passarei a ler, vai precisamente neste sentido:

«O Imposto Municipal sobre Imóveis, adiante designado por IMI, é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos, urbanos ou mistos situados em Portugal, cuja receita reverte para os respetivos municípios e entrou em vigor a 1 de dezembro de 2003, substituindo a contribuição autárquica.

O imposto a pagar é o resultado da aplicação da taxa fixada pelo município da localização do prédio ao valor patrimonial tributário inscrito na matriz, deduzido do valor patrimonial isento, caso vigore alguma isenção. De referir que, sobre a taxa fixada pelo município, pode acrescer alguma majoração ou minoração, caso o município também as tenha fixado.

As taxas do IMI são fixadas anualmente pelos municípios da área de localização dos prédios. Corresponde esta a acertos de informação retirada do Portal das Finanças, sendo a sua evocação feita a propósito do recente chumbo pela Assembleia da República, de uma proposta do Governo em sede de Orçamento de Estado para 2020 que pretendia delegar nos municípios a capacidade de decisão acerca da cobrança ou isenção deste imposto no que se refere aos imóveis localizados nos centros históricos classificados pela UNESCO em Portugal.

A proposta foi reprovada na Assembleia da República com os votos do PSD, Bloco de Esquerda, PCP, PEV, CDS-PP, Iniciativa Liberal, CHEGA e LIVRE, com a abstenção do PAN e os votos favoráveis do Partido Socialista.

Poderíamos fazer incidir o teor deste voto nos méritos ou deméritos do resultado prático desta decisão ou no maior versus menor impacto da mesma nas contas municipais. Todavia, esta para nós, nem sequer é a questão que mais relevo apresenta no fundo. Com efeito, o que mais surpreende nesta decisão é o facto de a Assembleia da República preconizar com a mesma, um mau serviço à democracia e ao regular funcionamento das suas instituições no sentido em que esvazia os poderes dos órgãos próprios destes municípios em matérias que lhes dizem diretamente respeito, os quais foram regularmente e democraticamente eleitos, exatamente com a mesma legitimidade democrática com que os senhores deputados à Assembleia da República o foram.

Assim, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, reunida a 28 de fevereiro de 2020, com a fundamentação atrás referida, emite o presente Voto de Protesto à Assembleia da República pelo desrespeito institucional que preconizou ao imiscuir-se nas competências destes municípios a quem deveria caber a decisão de isentar ou não isentar ou, de outra forma, minorar ou majorar a aplicação destes impostos em função de uma estratégia e projeto local.

Que, deste voto seja dado conhecimento à Assembleia da República, à Presidência da República e a todos os partidos com representação parlamentar, bem como aos órgãos próprios das demais cidades com classificação da UNESCO em Portugal.»

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Mantendo a boa disposição em período pós carnavalesco com que temos tratado os assuntos nesta Assembleia, não resisto em começar esta minha intervenção acerca do voto do Partido Socialista com a seguinte expressão: Ai, tal frete! O que não percebi é, se é um frete ao Partido Socialista nacional ou à Câmara Municipal de Angra que perde a receita de IMI. Este é um voto reacionário típico de um partido de franja, que não o Partido Socialista, porque nos parece que uma camisa lavada nas costas de outro não deve fazer mal a ninguém.

Pelo que foi aqui dito, parece que o centro histórico de Angra só tem casarões imensos de gente rica e privilegiada e tem que ser fustigado com a cobrança de impostos. O Partido Socialista é, cada vez mais, o partido da carga fiscal e da cobrança de impostos sobre as pessoas e parece que uma isenção fiscal direcionada a um determinado público-alvo lesa a sua estrutura moral e ideológica. Pois bem, os moradores dos centros históricos, independentemente de possuírem casas maiores ou mais pequenas, de maior ou menor valor patrimonial, estão sujeitos a um conjunto de regras e condicionantes completamente diferentes daqueles que não residem em

centros históricos classificados. Isso implica custos de construção e de manutenção e os imóveis que possuem têm características arquitetónicas que estão regulamentadas por leis regionais e nacionais.

O que aconteceu na Assembleia da República, que o Partido Socialista tentou mudar mas os partidos da oposição não o permitiram, foi a consequência da decisão de um tribunal que transitou em julgado e derivou do reconhecimento de um direito dos proprietários desses imóveis poderem beneficiar de uma isenção, fruto das obrigações acrescidas a que estão sujeitos.

Julgo que esta é uma proposta perfeitamente irrefletida e o que vai sair nas notícias é que a Assembleia Municipal de Angra aprovou um Voto de Protesto contra a isenção de IMI, o que não é verdade porque o Partido Socialista vai votar a favor de si próprio um Voto de Protesto pela isenção de IMI, mas os partidos da oposição estão do lado dos moradores do centro histórico classificado de Angra que têm um conjunto de obrigações e responsabilidades diferentes dos outros cidadãos.

Entendemos como boa a votação que veio da Assembleia da República e dos partidos que permitiram que os proprietários desses imóveis possam beneficiar do direito de uma isenção fiscal que é muito merecida.

Sr. presidente da Câmara – Não é esse o voto que está em cima da mesa e é preciso dizê-lo com muita força. O que está em causa é o facto de, aqueles que vivem nas freguesias ou fora da cidade, pagarem serviços para outros. Mais do que isso, tem a ver com uma decisão que é absolutamente cega e imoral e faz com que, quem tiver um prédio em ruínas na cidade, uma casa com as janelas de alumínio ou não respeite regra nenhuma, fica isento do pagamento de IMI, enquanto o outro, que pode até ter a melhor das casas, também não paga.

O que está aqui a ser dito neste Voto de Protesto é que essa deveria ser uma competência desta Assembleia que até poderia fixar o valor do IMI em zero para as casas que estão bem mantidas e respeitam as regras; nada tenho contra isso. O que não pode é haver decisões cegas que são tomadas em manifesto prejuízo da igualdade. Com que justiça, quem mora de um lado da rua vai pagar IMI e quem vive do outro lado, não paga? As regras são as mesmas para quem vive dentro ou fora da zona UNESCO. Quem mora para lá da Rua do Rego ou do outro lado da cidade para além do quartel dos bombeiros, está sujeito às mesmas regras de quem mora neste espaço aqui em baixo. Uns vão pagar IMI e os outros não? Onde é que está a justiça disso?

O senhor deputado está a fazer como os caçadores de borboletas a tentar apanhar uns votozinhos aqui pelo meio mas está a esquecer-se que 99% das pessoas estão do outro lado dessa barreira. É essa a questão fundamental. É verdade que a receita é importante mas já tomámos as medidas necessárias para vivermos sem ela e o que está em causa é a justiça e a igualdade de tratamentos. Porque é que alguém do Raminho, dos Altares, da Conceição, de Santa Luzia ou de S. Pedro aqui dentro da cidade, é obrigado a pagar IMI para que o outro que mora ao lado não pague, podendo até ter uma casa que não respeita rigorosamente nada do que está determinado?

O que aquele voto diz é que esta Assembleia foi despojada de um poder que deveria ter, que é o poder de determinar se a casa que respeita pode ou não ficar dispensada, se a que respeita parcialmente, paga apenas uma percentagem ou se deve ser aplicado um qualquer agravamento a quem não respeite as regras da zona classificada como estava estipulado anteriormente. Nós continuamos a poder estipular o tal X% do valor do IMI, mas sendo de X% de zero, continua a ser zero. É isso que está profundamente errado.

O senhor deputado está a tentar justificar o injustificável porque esta é uma norma cega que não faz qualquer sentido. É perfeitamente justo e razoável que a Assembleia da República legisle no sentido da possibilidade de isenção de IMI aos imóveis classificados mas deve permitir às

assembleias municipais a fixação das taxas porque são elas que conhecem os imóveis em concreto. Não faz sentido que, alguém que possua um imóvel numa determinada zona, não pague IMI mesmo que este seja a maior desgraça arquitetónica do mundo. Isso é que não faz sentido, é imoral, tem traços de inconstitucionalidade, viola o princípio da igualdade e não há nenhuma relação entre a restrição e a isenção. Quem mora do lado de cima da Rua do Rego vai pagar e tem rigorosamente as mesmas obrigações de quem mora do lado de baixo e não paga? Porquê? Só porque mora do lado errado da rua? A lei é exatamente a mesma do ponto de vista das obrigações. Estamos a falar de uma decisão irrefletida e pretensamente eleitoralista mas sei o que as pessoas pensam sobre isso e cada um vota do lado que entender.

Volto a lembrar que aquele voto não refere em lado nenhum a receita de IMI que se perde porque isso resolve-se. O que está aqui em causa é o princípio da igualdade e da moralidade e os objetivos que essa lei pretende alcançar; é isso que está profundamente errado. As razões por detrás daquele Voto de Protesto vão muito além do milhão e meio de euros e têm a ver com justiça e com a nossa vida em comunidade porque não há nada pior do que ver alguém a beneficiar daquilo que os outros pagam sem dar o contributo que deveria dar.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Permitam-me discordar um pouco com o senhor presidente da Câmara porque um centro que é classificado pela UNESCO como património mundial, não é igual a outro lugar qualquer que não tenha merecido essa classificação. É diferente, por isso é classificado como património mundial assim como uma meia dúzia de outros centros históricos em Portugal.

Enquanto desempenhei funções de autarca e me relacionava com o Governo Regional, sempre defendi que não podemos pensar que o património começa aqui na Praça Velha e acaba no Alto das Covas sem termos a noção do que se vai passando noutros centros classificados que existem por esse mundo afora e têm um problema em comum muito sério que é a desertificação, por isso é preciso arranjar maneira de os povoar. Isso aconteceu no centro de Angra que foi perdendo gente desde o sismo de 1980.

Quando apoiámos a reconstrução dentro dos centros históricos, permitimos que as moradias unifamiliares fossem transformadas em plurifamiliares porque as pessoas não as podiam manter e não faz sentido que, por um lado, incentivamos este tipo de reabilitação e adaptação e, por outro, não permitamos alguns benefícios a quem tenha imóveis na zona classificada. Não devemos comparar a parte da cidade que está classificada pela UNESCO como património mundial com qualquer outra localidade do nosso concelho ou da ilha. Isso não é correto por se tratar de realidades completamente distintas.

Não resido na zona classificada de Angra mas tenho familiares que moram lá. Estas pessoas têm que observar condições especiais na manutenção das suas caixilharias, que devem ser de madeira e têm que ser pintadas e os seus telhados devem conter telha regional e precisam de ser repostos regularmente. A manutenção das suas casas está sujeita a regras que não existem noutros lugares e têm dificuldades no estacionamento privado porque a maioria das casas do centro histórico não o permite.

Repescando o que disse há pouco, é preciso alguma consideração especial para que seja possível humanizar e dinamizar estes centros históricos, por isso acho que a Assembleia da República fez bem ao repor a lei porque estamos a falar de património mundial que é regido por leis que foram interpretadas e decididas pelos próprios tribunais. Todavia, concordo com o que disse o senhor presidente da Câmara a respeito de situações muito semelhantes no mesmo centro histórico que merecem tratamentos diferentes e poder haver aqui alguma injustiça. Pois bem, por iniciativa da própria Câmara, talvez possamos fazer uma redefinição da zona classificada reconhecida pela UNESCO para que todos sejam abrangidos mas não podemos generalizar esta classificação a todo o concelho.

Não devemos ver nesta questão, uma perda de direitos ou uma retirada de competências à nossa autarquia. Considero que o dinheiro que a Câmara deixa de arrecadar neste processo de isenção do pagamento de IMI não deve ser entendido como um prejuízo, mas sim como um investimento municipal num dos poucos centros históricos classificados como património mundial pela UNESCO que temos a nível nacional.

Sr. presidente da Câmara – Uma boa parte da argumentação que acabámos de ouvir em nada contraria o que consta deste Voto de Protesto que defende a continuação da regulamentação desta matéria por parte desta Assembleia que deve determinar o nível de isenção em função das situações concretas.

Por razões várias, após o sismo de 1980, houve vários atropelos na reconstrução de muitas casas no centro histórico e uma boa parte da recuperação da cidade deveu-se ao resultado da atividade da Câmara Municipal, aumentando o IMI a quem não cumpre e reduzindo-o a quem cumpre. Esse é um mecanismo virtuoso e extremamente importante que deveria manter-se para que esta Assembleia pudesse continuar a beneficiar ou penalizar consoante as situações.

Atualmente a realidade da revitalização do centro urbano é outra porque já temos a cidade cheia de gente, a grande dificuldade é encontrar uma casa e pagar as rendas que se cobram e quem vai beneficiar do IMI é quem recebe a renda. Não tenho nada contra a propriedade privada, apenas sou a favor da justiça e da igualdade, e creio que este Voto de Protesto faz todo o sentido.

O município investiu e continua a investir e a aplicação diferenciada do IMI dentro da cidade é um bom elemento para a sua revitalização. De acordo com a lei que ainda está em vigor, quem tinha uma casa em ruínas no centro histórico, poderia ser penalizado até 600% no IMI e agora fica isento, mesmo que lá deixe crescer um enorme silvado. É esta a infeliz realidade causada por esta decisão, por isso é que esta matéria tem que ser legislada com qualidade, diferenciando as situações.

Nada temos contra isenções, porque podemos viver muito bem com elas, mas têm que ser racionais, determinadas em função de valores objetivos e não em função de uma localização geográfica, como é o caso. É apenas o que este voto diz e não há nenhum protesto contra questões financeiras.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves – A zona que agora será abrangida pela isenção é da competência de outros órgãos e não uma classificação municipal. Tem também a classificação atribuída pela Assembleia Legislativa Regional como monumento nacional.

Há duas zonas classificadas que não coincidem exatamente. Quem solicitou a isenção dos seus prédios teve que apresentar um requerimento e pedir plantas de localização à Direção Regional da Cultura para saber em qual das classificações estava abrangido e assim poder ou não beneficiar da isenção ou pedir a devolução dos quatro anos anteriores.

Esta classificação não é uma prerrogativa municipal. Temos legislação regional que determina onde se pode construir e os materiais a utilizar e há que obedecer a competências da tutela da cultura que nunca foram devidamente exercidas, caso contrário, não teríamos a disparidade de situações que o senhor presidente da Câmara referiu e com razão. Há casas com janelas e varandas que não estão licenciadas e outras com caixilharias em alumínio ou materiais aplicados que não são permitidos na zona classificada. Com isenção ou sem isenção, isto continua a ser ilegal e é apenas um problema de fiscalização. Se um carro circular a 200 km por hora numa estrada com limite de velocidade de 80 km, está a cometer uma ilegalidade mesmo que tenha o IUC em dia. Onde estão as multas municipais ou aplicadas pela DRC para se exigir que as coisas se cumpram?

O pagamento do IMI não é uma multa, deve ser usado para beneficiar quem merece e acho muito bem que a Câmara Municipal continue a aplicá-lo. Temos votado sempre favoravelmente as propostas da Câmara relativas à redução deste imposto e ainda o fizemos em novembro passado: 30% de redução nos prédios urbanos de primeira habitação em determinadas freguesias e 30% também aqui no centro, exceto nos edifícios que apresentem dissonâncias arquitetónicas ou se encontrem devolutos. A Câmara Municipal tem um regulamento municipal de taxas e outros mecanismos para impor esta sua vontade.

O senhor presidente da Câmara fê-lo mas eu não desvalorizo a receita fiscal. Tratando-se de uma classificação da UNESCO, sendo o IMI um imposto assumido pelo fisco a nível nacional e a sua isenção determinada pela Assembleia da República, é essa entidade que tem que se responsabilizar pela compensação das perdas financeiras da Câmara através do Orçamento de Estado. Acho absurdo que a AR não tenha assumido de forma completa aquilo que fez e estamos perante mais um caso de «coisas incompletas» como referia há pouco o deputado João Santos. A isenção é bem aplicada mas está mal feito o facto de não haver compensações para as perdas de receitas da Câmara.

Os outros aspetos aqui aduzidos são de outra natureza e a fiscalização tem que ser feita, quer se pague IMI ou não. Não há desculpas para os alumínios nem para as telhas disformes ou para que não sejam aplicadas todas as normas que regem o centro histórico classificado que é um trunfo e um motivo de orgulho para todos nós. Isso não é uma desculpa para se deixar de cobrar ou para não se embargar as obras disformes. A nosso ver, não se pode utilizar esse argumento para sustentar esta proposta. Uma coisa é o cumprimento da lei, a outra é uma isenção atribuída pela classificação e assumida pela Assembleia da República. A outra falha ocorreu na lei do Orçamento do Estado, fruto das maiorias que lá se fizeram refletir também para outras coisas já aqui discutidas hoje como o aumento da taxa de IVA na tauromaquia. A Assembleia da República não deu a devida continuidade a este processo por não ter assumido os encargos da perda de receitas por parte dos concelhos abrangidos, além do nosso; deveria ter ido mais além e assumido esta responsabilidade financeira quando se dispôs a tomar uma decisão desta natureza.

Manifestamos livremente a discordância em relação ao que foi aprovado na Assembleia da República, também com os votos a favor do CDS-PP. O Partido Socialista foi o único que votou contra o fim desta isenção mas o facto de o processo estar incompleto, não invalida que venha a ser corrigido quando a «geringonça», aquela maioria espúria que existe no Governo da República, assim o decida fazer. Penso que uma recomendação nesse sentido teria sido mais útil e teria tido o voto favorável da bancada do CDS-PP.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Depois do que já foi aqui dito, sobretudo pelo senhor deputado e ex-presidente desta Câmara, Joaquim Ponte, pelo entusiasmo e exaltação com que o senhor presidente da Câmara defendeu o Voto de Protesto do Partido Socialista, já se percebeu a quem se aplica o frete. O PS de Angra serviu de barriga de aluguer para uma certa azia do senhor presidente da Câmara quanto a esta alteração legal que vem da Assembleia da República e os argumentos aqui aduzidos quase nos levam a crer que há aqui alguém contra a propriedade privada, sobretudo nos centros históricos.

Vamos começar pacificamente por concordar que discordamos neste assunto. Aconselho o senhor presidente da Câmara e os deputados da bancada municipal do Partido Socialista a consultarem um documento importante da região autónoma dos Açores que se intitula «Regime Jurídico do Património Móvel e Imóvel da RAA» e refere as obrigações e condicionantes que os proprietários de imóveis localizados no centro histórico classificado estão obrigados a cumprir. Não são verdadeiros, alguns argumentos aqui defendidos pelo senhor presidente da Câmara ao afirmar que tudo é igual para uns e desigual para outros, porque é muito mais

condicionante ser-se proprietário e residente numa casa do centro histórico classificado de Angra, seja ela singela ou mais faustosa.

O senhor presidente da Câmara falou em desgraças arquitetónicas mas, por favor, ponha a mão na consciência. As maiores desgraças arquitetónicas existentes no centro histórico de Angra, são alguns edifícios públicos como, por exemplo, o banco público colocado aqui na Praça Velha e, apesar de ser premiado em termos arquitetónicos, continuo a achar que o edifício da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo é de um desenquadramento absoluto. Se tivesse sido construído fora da zona classificada, eu estaria aqui a aplaudir de pé, mas sempre fui, sou e continuarei a ser contra à sua construção naquele local e com aqueles acessos. Quando se fala em desgraças arquitetónicas, o que nos vem à cabeça são os edifícios públicos e não as casas dos particulares, porque esses levam com os impostos, com as regras, com os fiscais e com as leis.

É preciso acabar também com outra questão que vem aqui a debate por várias vezes. Vivemos num regime parlamentar mas uma maioria não pode ser boa quando coloca no poder um partido que não ganhou eleições e passar a ser má quando vota contra o mesmo partido que está no poder, agora ganhando eleições. No que respeita à tauromaquia, aí já estamos a falar de questões de identidade, o que faz toda a diferença.

Já se percebeu que a maioria socialista vai votar favoravelmente a sua própria proposta, e não se esperaria o contrário, mas também julgo que os munícipes lá fora vão perceber o porquê de uma votação que foi bem feita na Assembleia da República. O senhor presidente da Câmara agora está um bocado incomodado com o conjunto de competências que lhe são retiradas mas antes, quando as tinha, não as exerceu nem aprofundou de forma diferente. Para finalizar, volto àquela parte em que concordamos em discordar dentro do saudável espírito democrático.

Sra. d. m. Isabel Barbereia – Gostaria de dizer ao senhor deputado para utilizar o termo «gravidez independente» ou «produção independente» em vez de «barriga de aluguer».

Sr. d. m. Décio Santos – Grande parte destas intervenções fariam sentido se tivéssemos a faculdade de decidir sobre essa bendita ou maldita isenção, dependendo naturalmente das opiniões. Os senhores deputados, Joaquim Ponte e Luís Rendeiro, esgrimiram argumentos a favor da isenção com determinadas prerrogativas. Pois bem, agora não temos sequer legitimidade para discutir o assunto, porque a mesma nos foi retirada pela Assembleia da República, daí o sentido deste nosso Voto de Protesto. Não sei se os senhores se deram ao trabalho de ler o seu conteúdo mas, em momento algum, é dito que o proponente deste voto concorda ou discorda da isenção, até porque ninguém é bom juiz em causa própria e é-nos difícil emitir opinião sobre esta matéria.

A Assembleia da República julgou os órgãos próprios deste município, que são a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, como incompetentes para decidirem sobre as matérias que lhes dizem respeito, nomeadamente a preservação do seu património. É certo que somos uma cidade património mundial, mas os senhores sabem melhor do que eu que não foi a Assembleia da República que veio cá considerar-nos como tal, e agora julgou-nos incompetentes para decidir sobre estas matérias, daí o sentido deste nosso Voto de Protesto. Já percebemos também que os senhores deputados do PSD defendem que sejam os habitantes das restantes freguesias do concelho a arcarem com o pagamento destes impostos.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Para que não haja dúvidas que não beneficiam ninguém, é preciso ter em conta que a Assembleia da República exerce a sua competência de acordo com o quadro legal que lhe é permitido. Estamos a falar de centros históricos classificados de património mundial que se regulam por legislação própria e não, de património local ou municipal. Esta legislação foi apreciada e transitou em julgado nos tribunais e não há aqui nenhuma exorbitância de competências por parte da Assembleia da República sobre esta Assembleia

Municipal porque, se assim fosse, nós apoiáramos este voto. A Câmara Municipal de Angra, assim como qualquer outra autarquia, está no seu pleníssimo direito de majorar ou isentar outros imóveis. Ninguém nos impede de fazer uma coisa dessas.

Dizia há pouco o senhor presidente da Câmara, e muito bem, que as tais casas do outro lado da Rua do Rego estão fora da zona classificada; pois bem, nada impede que as mesmas fiquem isentas do pagamento do IMI porque essa é uma competência que a Câmara Municipal sempre terá, se assim o entender. Lembro que, há uns anos, alguns detentores de património fora da zona classificada de Angra, devido ao valor patrimonial dos seus edifícios, vieram requerer à Câmara a isenção do pagamento do IMI.

Perante a minha intervenção e para que não se interprete mal o voto que aqui vou exercer, entendo que a Assembleia Municipal de Angra não foi prejudicada em nada pela deliberação da Assembleia da República que foi tomada de acordo com a legislação existente. De resto, se esta decisão não estivesse correta, a Câmara poderia suscitar ao Tribunal Constitucional a inconstitucionalidade desta lei e fazê-la reverter, o que acho manifestamente impossível de acontecer.

Não se verificaram mais intervenções. Posto à votação, o Voto de Protesto constante do Ponto 5.1 foi aprovado por maioria com 21 votos a favor do PS, 5 abstenções (4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 9 votos contra (7 do PSD e 2 do CDS-PP).

5.2 - Voto de Louvor do Partido Socialista ao Projeto MUTE da Escola Básica e Integrada dos Biscoitos pela promoção da cultura e do teatro popular junto de crianças e adolescentes da Ilha Terceira. Para aprovação do órgão deliberativo.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – *«O projeto MUTE (Música e Teatro na Escola) promovido pela Escola Básica e Integrada dos Biscoitos, apresenta há dez anos consecutivos pelo carnaval nos palcos da ilha Terceira, o resultado de um trabalho pedagógico da sua comunidade educativa, expondo através de bailinho ou dança de pandeiro, o talento, o entusiasmo e a alegria de grupos de crianças e adolescentes na prática e na perpetuação da nossa cultura popular genuína e única como é o carnaval da ilha Terceira.*

Nestes dez anos, o projeto realizou e trouxe a palco, dez danças abrangendo 108 crianças que participaram como bailarinas, nas filas ou como atores e atrizes na encenação dos textos, e 24 mestres, na sua maioria, mestres de pandeiro.

O projeto, orientado pelo professor Eugénio Simas, além das crianças, envolve os seus pais e professores e conta com o apoio de outros particulares e das juntas de freguesia da área de abrangência da EBI: Biscoitos, Quatro Ribeiras, Altares e Raminho, tendo recebido também o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Este ano trouxeram o tema «Uma vaca feliz» com uma mensagem forte e atual sobre a proteção e preservação do ambiente e dos animais e em cada outro ano que passou, procuraram pôr crianças e adultos a refletir, brincando sobre temas diversos e pertinentes, sempre com o intuito de desenvolver espírito crítico e exercício de cidadania ativa, tal como se espera da nossa tradição carnavalesca.

São muitas as horas de trabalho para escolhas do tema, da música, ensaios longos, exigentes e divertidos, muitas viagens dos pais no levar e no trazer, na escolha das roupas e nas idas à costureira para que tudo fique bem e se possa sair a público com segurança.

Atualmente e em muitos outros grupos de danças do nosso carnaval, estão jovens formados no MUTE, vivenciando esta paixão e o amor a estas experiências alegres, vividas e aprendidas quando crianças.

O louvor a este projeto educativo é extensível e também uma homenagem a todos os outros bailinhos e danças que este ano de 2020 se apresentaram e abrilhantaram o carnaval da ilha Terceira desde Angra do Heroísmo à Praia da Vitória, num movimento global de beleza, talento, criatividade, cultura, emoção e muita alegria.

O carnaval da Terceira é deveras único e uma tradição rica que nos honra, orgulha e une a todos, sejam residentes, emigrantes ou visitantes. Neste nosso carnaval não há limites de idade, localidade e profissão, nem opções políticas ou clubísticas. Cada um se torna e complementa num todo e se revela no melhor e mais surpreendente das suas capacidades.

Autores do tema, das cantigas e da música, encenadores, bailarinos e mestres, atores e atrizes, músicos, costureiras, cabeleireiros e maquilhadores, comissões das sociedades recreativas ou organizações e instituições sociais e muitos voluntários, cada um em mais este ano, perpetuou o melhor da nossa identidade e património cultural.

O carnaval da ilha Terceira é lugar de fantasia, de sonho e de arte, cabendo-nos o dever de o saber preservar e perpetuar na sua beleza e genuinidade para as gerações futuras. Com este sentido, propõe o grupo municipal do Partido Socialista que a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprove a atribuição de um Voto de Louvor ao projeto MUTE pela promoção da cultura e do teatro popular junto de crianças e adolescentes da ilha Terceira e nele estejam representados todos os grupos que trabalharam e participaram no carnaval de 2020.»

Sugiro a fixação deste voto nas juntas de freguesia para que os bailinhos de cada localidade, dele possam tomar conhecimento.

O Voto de Louvor constante do Ponto 5.2 foi aprovado por unanimidade.

5.3 - Voto de Louvor do Partido Socialista a Ana Margarida Filipe, Carlos Lima e Ana Paula Costa pela distinção e resultados obtidos no Campeonato Mundial de Pista Coberta em Atletismo Adaptado. Para aprovação do órgão deliberativo.

O Voto de Louvor constante do Ponto 5.3 foi aprovado por unanimidade.

*A senhora deputada municipal Anastácia Maria Escórcio Fins, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade**.*

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 14h10m do dia 28 de fevereiro de 2020, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Anastácia Maria Escórcio Fins